



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,**  
**REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2018**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Aos catorze dias do mês setembro de do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, nas Instalações da União de Freguesias de Reboreda e Nogueira, na freguesia de Nogueira, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, em sessão ordinária, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

1. Período de “antes da ordem do dia”; -----
2. Mapa de pessoal – alteração; -----
3. Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazo; -----
4. Minuta de Protocolo de delegação de execução de investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas; -----
5. Constituição da empresa “Águas do Alto Minho” – alteração à Minuta do Contrato de Parceria Pública entre o estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. -----

Efetuada a chamada (**Anexo 1**), verificou-se a existência de **Quórum** com a presença de vinte e cinco membros da Assembleia e a falta do Presidente da Junta de Freguesia de Cornes, Sr. João Rocha. -----

Foram recebidas via e-mail, as comunicações de **impossibilidade de presença** à sessão desta assembleia municipal dos senhores **João Araújo** e **Cláudio Coelho**, ambos da Bancada do Partido Socialista, solicitando a sua substituição (**Anexos 2 e 3**). -----

Recebida em mão no dia 10 a comunicação do Sr. Presidente da **União de freguesias de Campos e Vila Meã** que ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, faz-se representar pelo tesoureiro, Sr. **Elvis Graça Costa** (**Anexo 4**). -----

A Câmara Municipal, fez-se representar pelo seu Presidente senhor Fernando Nogueira, tendo ainda assistido à sessão o senhor Vereador Vítor Costa. -----

**Presidente da Assembleia Municipal** - saudou os presentes e agradeceu o convite e a colaboração da Junta da União de Freguesias de Reboreda e Nogueira, em particular ao seu



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

presidente, para que fosse possível a realização desta sessão nesta localidade. Depois concedeu a palavra ao senhor Bessa Marinho, presidente da junta. -----

**Bessa Marinho** - Após cumprimentar todos os presentes, disse: "É com imenso agrado, que hoje a 14 de setembro de 2018, a União de Freguesias de Reboreda e Nogueira, recebe a reunião da Assembleia Municipal do nosso concelho. -----

*Em meu nome pessoal, em nome da Junta de Freguesia e em nome da população da União de Freguesias de Reboreda e Nogueira, manifesto o nosso contentamento, pois em quarenta e dois anos de democracia esta é a primeira vez que recebemos uma sessão da Assembleia Municipal. Temos consciência da importância que a descentralização destas reuniões pode ter para a população. -----*

*A participação ativa da população nestas reuniões, dá a possibilidade de discutirem em sede própria os problemas que os preocupam quer no concelho quer na sua freguesia, discutir e fazer-se ouvir junto de quem elegeram para os representar. -----*

*Este deveria ser o grande designio desta descentralização. -----*

*Dou então as boas vindas às pessoas que aqui se deslocaram para assistir aos trabalhos desta Assembleia Municipal. -----*

*É com as pessoas que nos preocupamos, é para as pessoas que trabalhamos e são as pessoas o fim último na prestação do serviço público. Por isso, a vossa presença é muito importante. ----*

*Fazer mais e melhor é obrigação de todos e de cada um de nós. -----*

*São os habitantes, os fregueses, que muitas vezes, sabem e até melhor que muitos de nós, aquilo que as suas freguesias e o seu concelho precisa, pelo que, também tem o dever, enquanto cidadãos, de nos fazer chegar as suas preocupações ou problemas, e até as suas sugestões, que são sempre muito bem-vindas para aqueles que querem, tal como eu próprio, desempenhar com todo o zelo e dedicação a sua função de servir a população que elegeu. -----*

*A qualidade de vida da nossa freguesia e do nosso concelho, é responsabilidade de todos, nossa enquanto eleitos e vossa, enquanto habitantes. -----*

*Pelo que é da vossa responsabilidade avaliarem as condutas e as práticas dos autarcas que elegeram, eu incluído, e claro que é vossa obrigação de responsabilizá-los e confrontá-los com as más práticas e com as más políticas adotadas. -----*

*Devemos ser responsáveis e contribuir para o crescimento e desenvolvimento das nossas freguesias e do nosso concelho, sem medo de falar de trazer para os locais próprios todos os*



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*erros praticados e conhecidos, bem como as soluções que entendermos serem viáveis, sem recriminação, sem censura, e com liberdade. -----*

*Termino, congratulando-me mais uma vez com a vossa presença na minha, na nossa freguesia.*

*Muito obrigado pela vossa atenção.” (Anexo 5). -----*

**Presidente da Assembleia Municipal** – Antes de entrar na ordem de trabalhos deu conhecimento que, face à recomendação a esta assembleia para transmitir as reuniões em “livestream”, e tendo em conta a nova lei de proteção de dados, solicitou um parecer à CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados) em maio, aguardando resposta. -----

Deu também conhecimento da carta recebida do Ministro da Administração Interna, Sr. Eduardo Cabrita, sobre “Lei quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais”. -----

**PONTO UM** da ordem de trabalhos: “**período de Antes da Ordem do Dia**” -----

**a) Leitura e aprovação das atas anteriores e prestação de informações e esclarecimentos.**

Foi submetida à apreciação e votação a **ata da sessão de 29 de junho**, tendo sido **aprovada por unanimidade dos presentes**. -----

Conforme determina o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram nesta votação os deputados **Fernando Venade e Rita Carvalho**, por não terem estado presentes nessa reunião. -----

Seguidamente foi submetida à apreciação e votação a **ata da sessão de 9 de julho**, tendo sido **aprovada por unanimidade dos presentes**. -----

Conforme determina o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram nesta votação os deputados **Ana Santos, Fernando Venade, Rui Esteves e João Rocha** por não terem estado presentes nessa reunião. -----

Foi colocada à disposição da Assembleia, e efetuada uma breve apresentação pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a “Informação da Atividade Municipal” nos últimos meses (**Anexo 6**), a listagem de processos judiciais pendentes em 07/09/2018 e sobre o estado atual dos mesmos (**Anexo 7**), a “Informação municipal da dívida a fornecedores e empreiteiros no montante de 277.467,84 € (duzentos e setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e oitenta e quatro centimos), (**Anexo 8**) e o “Resumo Diário da Tesouraria” n.º 180 datado de 13/09/2018 (**Anexo 9**). -----

**b) Votos de Louvor, Congratulações, Saudações e Votos de Pesar.**-----



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Neste ponto inscreveram-se e usaram da palavra os deputados: -----

**Lisa Pereira** – Através da leitura do documento (**Anexo 10**), propôs um **Voto de Louvor** ao **Padre Abílio da Costa Oliveira**, que celebrou recentemente as bodas de ouro sacerdotais. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou este voto de louvor à votação, tendo sido admitido e aprovado por unanimidade. -----

**Vítor Alves** – Apresentou um Voto de Congratulação pela realização do 1º Encontro Regional de Cuidadores Informais, que aconteceu no passado dia 8 do corrente mês de setembro, em Vila Nova de Cerveira (**Anexo 11**). -----

**Mário Afonso** - Através da leitura do documento (**Anexo 12**), apresentou um Voto de Congratulação à equipa de Vila Nova de Cerveira designada de “Aniquilador” pela participação e brilhante conquista do 2º. Lugar no Grande Prémio Red Bull Lisboa. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou estes dois Votos de Congratulação à votação, tendo sido admitidos e aprovados por unanimidade. -----

**c) Intervenções políticas e interpelações ao Presidente da Câmara Municipal.** -----

Neste ponto inscreveram-se e usaram da palavra os deputados: -----

**Ana Montenegro** – Através da leitura do documento (**Anexo 13**), proferiu uma intervenção realçando os eventos culturais de verão (Bienal, Festa da história, Crochet, Concertos) que colocam Cerveira na rota turística nacional, afirmando que Cerveira está na moda. -----

**Mateus Pires** – Através da leitura do documento (**Anexo 14**) parabenizou o esforço da Câmara Municipal na preservação e minimização de risco de ocorrência de fogos florestais no nosso concelho, destacando essencialmente três ações: O projeto “O Poder da Bolota”; a gestão das Faixas de Gestão de Combustível e por último, mas não menos importante, o melhoramento feito no Ponto de Água Misto da Gandra e no Ponto de Água Misto da Armada. -----

**Márcia Araújo** – *Numa entrevista à Alto Minho TV datada de 30 de julho de 2018, o Senhor Presidente “alertou para a necessidade de dar continuidade à autoestrada que liga Cerveira ao Porto.” Em que medida considera o Senhor Presidente esta ligação um fator de desenvolvimento para Vila Nova de Cerveira uma vez que o trânsito que agora atravessa o nosso concelho será desviado?* -----

*Na mesma entrevista falou na modernização do troço da linha férrea entre Viana do Castelo e Valença. Será, sem dúvida, uma mais valia para o distrito e, em especial, para Vila Nova de Cerveira vindo potenciar o turismo e a indústria. No entanto, a Bancada do Partido Socialista*



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

*gostaria de saber quais as providências tomadas pela Câmara Municipal para o mantimento das passagens para peões e automóveis e se existirá beneficiação dessas passagens (por exemplo, no Castelinho) e/ou construção de mais alguma passagem (por exemplo, entre o Centro de Saúde e a Piscina Municipal, que há tanto se anseia!) e as quais, a existir, viriam melhorar o trânsito em Cerveira de forma a evitar situações desagradáveis para quem nos visita e para a população do concelho, como as ocorridas durante a Festa da História. -----*

*Pode ainda garantir, Senhor Presidente, que Cerveira manterá o mesmo número de paragens de comboios como atualmente ou se esse número irá reduzir vistos os comboios serão mais rápidos? -----*

**Ana Montenegro** – Questionou o Presidente da Câmara sobre o ponto da situação referente ao Orçamento Participativo 2017, Grande Rota do Cervo – trilhos pedestres. Como está o projeto? -

**Bessa Marinho** – Esta minha intervenção é sobre os funcionários das limpezas das freguesias. Temos vindo vivendo tempos difíceis com pessoal de há 2 anos para cá. -----

*Peço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que ponha no orçamento para 2019 verba para fazer face às nossas dificuldades, para assim podermos manter as freguesias mais limpas possíveis (Anexo 15). -----*

**Carla Segadães** – Questionou o presidente da Câmara sobre uma obra que considera prioritária, apesar do executivo não pensar da mesma forma, e que é o Parque de Estacionamento do Centro de Saúde. Outra preocupação da bancada do Partido Socialista é a falta de transportes públicos nas freguesias, essencialmente nas freguesias de interior, impossibilitando os idosos de se deslocarem à vila. Urge resolver esta questão. -----

Por último, e referindo-se à conquista do “Aniquilador”, lançou um repto aos Presidentes de Junta para voltarem a trazer os carrinhos de rolamentos para o nosso concelho. -----

Terminado o período das intervenções políticas, foi dada a palavra ao senhor **presidente da câmara municipal**, que prestou as informações relevantes sobre todas as questões de diversa natureza que lhe foram colocadas no âmbito das intervenções precedentes. Assim, disse o seguinte: -----

**- Esforço da Câmara Municipal na preservação e minimização dos riscos de incêndios Florestais:** Temos de ser o mais objetivo possível. Ainda não temos aprovado o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, por vicissitudes várias. Não somos só nós, mas o mal dos outros não nos alegra. O que fizemos até aqui foi trabalhar sobre a proposta do plano





**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

aprovado em contexto da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dar-lhe provimento, indo até mais além do mínimo exigido. É uma constatação, mas não sabemos quando será aprovado. -----

**- Prolongamento da A28 e o impacto no concelho:** O prolongamento da A28 até Valença, ou mais, é um desejo do nosso Município e não só. Quando foi construída a A28 - que termina no meio do nada, em Vilar de Mouros -, na altura o que se pretendia fazer era trazer a A28 até à EN13, com quatro faixas de rodagem. A Câmara Municipal opôs-se por considerar que isso impediria a continuidade de, no futuro, a A28 fazer ligação com a A3. A verdade é esta: nós desconhecemos que produtos altamente perigosos passam nos nossos centros urbanos e que podem colocar em causa a segurança, no caso de acontecer um acidente grave. Também sei que o momento não é o ideal para pedir este alargamento, mas não podemos deixar cair no esquecimento esta vontade e necessidade. -----

E a cerimónia de consignação da empreitada de modernização do troço ferroviário entre Viana do Castelo e Valença, uma das sugestões que apresentei ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques, numa conversa informal, foi que, até lá, nos pudesse aliviar o tráfego da EN13 proveniente da A28, com a redução das portagens na A3. O que ele me disse foi que, como são concessionárias diferentes, será uma solução extremamente difícil. Não estamos a fazer exigências, mas temos de ir referenciando assuntos importantes para se manterem em agenda. -----

**- Modernização da linha do Minho e número de paragens em Vila Nova de Cerveira:** Já tive a oportunidade de explicar aos Senhores Vereadores da oposição este processo. Temos vindo a apresentar as nossas sugestões à REFER, de forma a construir uma passagem inferior ao lado da atual que ficaria para peões. Há muitos anos, talvez desde a década de 80, que os executivos tinham feito essa constatação, mas acabou por não ser bem feita. Está lá, mas ficou soterrada. Temos uma passagem que liga o Cais ao Largo da Feira, e temos de fazer um pequeno alargamento. Uma terceira intervenção, fácil e barata, é junto ao Mercado Municipal, do lado da fachada sul, de forma a criar uma passagem para peões. Temos tentado várias iniciativas, mas tecnicamente tem sido muito complicado. Na vila seriam estas as principais passagens. Também sugerimos à REFER que, na estação técnica de cruzamento em Campos, pudessem ter uma plataforma não com duas, mas com três linhas para permitir no futuro ter ali uma estação de carga. Pelo menos prever, se para já não houver disponibilidade financeira. Mais uma questão a



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

melhorar é a acessibilidade que queremos no Parque do Castelinho, no topo Norte do caminho-de-ferro, e ainda identificamos uma outra situação, mas que é difícil de eliminar e que diz respeito à passagem de nível de Gondarém. A exigência é criar condições de segurança necessárias para que não se registem ali acidentes. E são estas as questões que estamos a debater com a REFER. -----

Relativamente às paragens, Vila Nova de Cerveira continuará a ter paragens, agora ninguém conseguirá garantir que todos os comboios parem em Vila Nova de Cerveira, até porque alguns deles vão atingir uma certa velocidade necessitando de ter muita marcha entre estações. -----

- **Ponto de Situação do Projeto 'Grande Rota do Cervo':** O Orçamento Participativo deste ano sofreu um atraso considerável no seu desenvolvimento por uma razão que se pretende com a adaptação da plataforma eletrónica ao RGPD. Alcançadas as soluções técnicas, avançaremos no próximo dia 1 de outubro com o lançamento da próxima edição. O OP 2017 está cabimentado e será executado. -----

- **Limpeza das bermas das freguesias:** Uma questão sempre importante são as limpezas das nossas freguesias, porque gostamos de as ver limpas e asseadas. Nós fazemos transferência para as freguesias, e sei que a verba não é suficiente para tudo. Vamos discutir o próximo Orçamento Municipal e veremos, mas a Câmara Municipal não pode fazer todas as obras das freguesias. -----

- **Parque de Estacionamento no Centro de Saúde:** Não há soluções milagrosas para aquele espaço, mas temos um projeto aprovado na Câmara Municipal, ao abrigo do PAMUS, e que pretende trazer uma via pedonal e ciclável desde o Arquivo Municipal passando pela vila e neste espaço. Não resolvendo totalmente os problemas, poderá minimizá-los. Não sei se será ainda este ano, mas acontecerá. -----

- **Transporte de idosos até ao centro urbano:** Só há uma solução para colmatar este problema de deslocação dos mais idosos desde as suas freguesias ao centro urbano, que é constituir uma empresa de transportes municipais, mas não há verba. Neste momento, e no âmbito da CIM, está a ser realizado um estudo de forma a fazer um reforço no número de carreiras, mas estas empresas só conseguem fazer os percursos delineados com alunos das escolas. -----

- **Trânsito na EN13 durante o verão e semáforos:** A gestão dos semáforos não pertence à Câmara Municipal. Já em tempos quisemos que a Câmara Municipal ficasse com o encargo da manutenção e a IP não aceitou. A verdade é que nem com referendo resolveríamos esta



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

situação. Em Gondarém, este verão foi um caótico, pois um dia os semáforos estavam ligados por pressão de umas pessoas, e no dia seguinte desligados por vontade de outros. A ligação daquele semáforo durante o verão é complicada, mas há pressão das pessoas de Gondarém que se queixam que também têm direito de ter acesso à EN13. O que solicitei à Senhora Diretora do IP é que a programação do semáforo seja mais adaptada à realidade local. -----

**Márcia Araújo** - O Senhor Presidente referiu que a continuidade da A28 seria uma alternativa de escoamento de trânsito e, sobretudo, de veículos com matérias perigosas que circulam na Estrada Nacional 13. Não podemos esquecer que essa alternativa pode vir a ter um pórtico... e deixar tudo na mesma! Mas isso é um projeto futuro, pois como disse, não há verbas! -----  
Realmente, e como referiu, o que se verifica nos meses de Verão, nomeadamente, em julho e agosto, é inadmissível! Há um colapso de trânsito causado pelos semáforos. Esta situação é prioritária e tem de ser resolvida no presente já que há prejuízo para os Cerveirenses e uma péssima imagem do Concelho. -----

Assim sendo, quais as medidas tomadas pela Câmara Municipal para solucionar o problema? ---  
Relativamente ao assunto da modernização da linha férrea, voltava a perguntar se Cerveira irá manter o mesmo número de paragens de comboios ou irá esse número diminuir devido à velocidade atingida pelos comboios. -----

**Carla Segadães** – Sr. Presidente, o caos que se verificou este verão na EN13, não se deveu aos semáforos de Gondarém, até porque estes acabaram por ser desligados, mas sim os de Vila Nova de Cerveira. Acrescento ainda que, temos um deputado da nossa bancada na Comissão Municipal de Trânsito, que até hoje não reuniu. -----

**Bessa Marinho** – Problema dos semáforos existe. Pergunto porque não podem ter todos a mesma programação que tem os do Colégio de Campos? -----

**PONTO DOIS** da ordem de trabalhos “**Mapa de pessoal – alteração**” -----

**Presidente da Câmara** - O que estamos a pedir à Assembleia Municipal é a autorização para admitirmos um trabalhador para a Piscina Municipal, pois em conjunto com a Federação Portuguesa de Natação vamos ter naquele espaço uma solução mista. Também pretendemos contratar três trabalhadores para os jardins, uma vez que, neste momento, temos trabalhadores com alguma idade e com dificuldades, e precisamos de continuar a manter a nossa vila e freguesias limpas e asseadas, daí o pedido de autorização, de acordo com todas as obrigações legais. Quando os trabalhadores se aposentam, o ideal era abrir concurso para trabalhadores a





MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Carvalho*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

termo determinado. Contudo, a admissão de um trabalhador nessas condições leva 9 a 10 meses. -----

**Submetido à votação** foi a alteração ao Mapa de Pessoal (**Anexo 16**), aprovada por unanimidade. -----

**PONTO TRÊS** da ordem de trabalhos “**Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazo**” -----

**Presidente da Câmara** - Entendo que seria desnecessário trazer este assunto à Assembleia Municipal, uma vez que já aprovou a contração deste empréstimo, sendo explícita a respetiva distribuição. Não haveria necessidade deste parecer prévio, mas alguns dos nossos consultores entendem que eventualmente o Tribunal de Contas poderá vir a pedir e, à cautela, já o teremos em mãos. -----

**Rita Carvalho** – Antes de me referir a este ponto da O.T. aproveito para agradecer ao Presidente da Assembleia, por não ter deixado cair no esquecimento a proposta por mim apresentada, em nome da bancada do Partido Socialista. Aguardamos desenvolvimentos. Seguidamente e através da leitura do documento (**Anexo 17**), justificou o sentido de voto da bancada, na abstenção. -----

**Manuel Esteves** – Através da leitura do documento em anexo (**Anexo 18**), na qualidade de presidente da Junta da freguesia de Sapardos, demonstrou o seu perfeito desagrado e especial preocupação pela discriminação de tratamento existente entre o executivo municipal e algumas freguesias, atitude que em pleno século XXI, considera completamente inaceitável, justificando assim o seu voto contra esta proposta. -----

**Submetido à votação** foi o “Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazo” (**Anexo 19**), **aprovada por maioria com 18** (dezoito) votos **a favor**, **1** (um) voto **contra** do deputado Manuel Esteves e **6** (seis) **abstenções** dos deputados Carla Segadães, Paulo Fernandes, Márcia Araújo, Ana Fernandes, Fernando Venade e Rita Carvalho. -----

Sendo vinte e três horas e antes de entrar no ponto quatro da Ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa concedeu um intervalo de dez minutos, tendo sido retomados os trabalhos pelas vinte e três horas e dez minutos. -----



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**PONTO QUATRO** da ordem de trabalhos “Minuta de Protocolo de delegação de execução de investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas” -----

**Presidente da Câmara** - Na sequência da resolução aprovada nesta Assembleia Municipal sobre a agregação dos sistemas de abastecimento de água com a constituição da empresa Águas do Alto Minho, temos investimentos previstos no POSEUR e que vamos começar a executar e que são da responsabilidade dos municípios. O que pretendemos é autorizar a empresa Águas do Alto Minho a candidatar, na ordem dos 3,3 ou 3,4 milhões de euros. Esta constituição não resulta de um capricho, mas sim por ser melhor para o concelho e, contrariando o que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sapardos diz, os grandes beneficiários destes investimentos que se seguem são as freguesias ditas mais de interior. Esta nova candidatura que está a ser proposta para autorização é para beneficiar essencialmente as freguesias do interior, com um bem essencial que é a água de qualidade e em quantidade. Esta candidatura é para dotarmos o interior do concelho de melhores infraestruturas nomeadamente Candemil, Gondar, Mentrestido, Sapardos. Temos um entendimento diferente que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sapardos, mas não é nada pessoal. Há que ter prioridades e priorizar as situações. -----

**Submetido à votação** foi a “Minuta de Protocolo de delegação de execução de investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas” (**Anexo 20**), **aprovada por maioria** com **16** (dezassex) votos **a favor**, **2** (dois) votos **contra** dos deputados Paulo Fernandes e Manuel Esteves e **7** (sete) **abstenções** dos deputados Carla Segadães, Márcia Araújo, Ana Fernandes, Fernando Venade, Rita Carvalho, Cristina Martins e Ana Santos. -----

**PONTO CINCO** da ordem de trabalhos “Constituição da empresa “Águas do Alto Minho” – alteração à Minuta do Contrato de Parceria Pública entre o estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira” -----

**Presidente da Câmara** – Na última sessão, a Assembleia Municipal aprovou a constituição da empresa, sendo assinada uma minuta de contrato. Posteriormente, em cinco das sete assembleias municipais dos concelhos aderentes, a equipa técnica de trabalho que representa os municípios, optou por fazer algumas melhorias de texto para esclarecimento de algumas



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

cláusulas. Foi-nos remetida a versão final do documento e um outro documento que explica as alterações registadas, e não são alterações significativas, mas clarificações de pontos e alíneas constantes dos contratos e algumas melhorias. Neste momento, os municípios de Ponte de Lima, de Paredes de Coura, Viana do Castelo e Caminha já aprovaram a versão final dos documentos. Valença tem Assembleia Municipal agendada para dia 28 e Arcos de Valdevez será na próxima semana. Estamos em condições de, a partir do início de outubro, fazer uma cerimónia de assinatura com o Senhor Ministro do Ambiente. Vai demorar algum tempo a constituição da empresa porque exige um visto do Tribunal de Contas, mas já se pode avançar com aquela candidatura falada anteriormente. -----

**Carla Segadães** – informou que a bancada do Partido Socialista, tal como em Julho, votará contra esta proposta. -----

**Manuel Esteves** - Informou que o PSD, também votará contra esta proposta. -----

**Submetido à votação** foi a “Constituição da empresa “Águas do Alto Minho” – alteração à Minuta do Contrato de Parceria Pública entre o estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira” (**Anexo 21**), **aprovada por maioria com 14 (catorze) votos a favor, 7 (sete) votos contra** dos deputados Carla Segadães, Márcia Araújo, Ana Fernandes, Fernando Venade, Rita Carvalho, Paulo Fernandes e Manuel Esteves, **e 4 (quatro) abstenções** dos deputados Bessa Marinho, Rui Esteves, Cristina Martins e Ana Santos. -----

Terminados os pontos da ordem de trabalhos o Presidente da assembleia abriu o **período reservado ao público**, tendo-se registado a intervenção da **Sra. Julieta Alves**, residente em Nogueira, que apresentou um problema relacionado com águas pluviais (**Anexo 22**), o **Sr. Lourenço Martins**, residente em Reboreda, questionou sobre a obra em Nogueira (**Anexo 23**) e por último o **Sr. Gil Malheiro**, residente em Nogueira, que teceu várias considerações sobre a manutenção e conservação da freguesia e acessibilidades (**Anexo 24**). -----

Não havendo mais assuntos a tratar e por proposta do Presidente da Mesa, foi esta Ata, por **unanimidade, aprovada em minuta**, afim das deliberações tomadas produzirem efeitos de imediato, tendo sido dado à mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

E nada mais havendo a tratar foi esta sessão encerrada pelas 24 horas. -----

E eu, Helena Paula Barroso Martins, Assistente Técnica nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi. -----



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**O Presidente da Assembleia Municipal,**

*(António Duarte Cunha Machado)*  
(António Duarte Cunha Machado)

**A 1ª Secretária,**

*Ana Cristina Araújo Silva dos Santos*  
(Ana Cristina Araújo Silva dos Santos)

**A 2ª Secretária,**

*Cristina Sofia Martins*  
(Cristina Sofia Martins)

**A Assistente Técnica,**

*Helena Paula Barroso Martins*  
(Helena Paula Barroso Martins)



ANEXO 1

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA  
ASSEMBLEIA MUNICIPALMUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/9/2018

... MANDATO 2017/2021 ...

O Presidente,  
*Manuel*

SESSÃO ORDINÁRIA DE 14/09/2018

Nº Int.	NOME	Presença	Falta	
PenCe				
719	ANTÓNIO DUARTE CUNHA MACHADO - PRESIDENTE	✓		
720	MANUEL JOSÉ ROMEU GALAMBA RAMALHO	✓		
721	MARIA MARGARIDA DA ROCHA BARBOSA	✓		
687	ANA CRISTINA ARAÚJO SILVA DOS SANTOS – 1ª SECRETÁRIA	✓		
686	MÁRIO LUÍS FERNANDES AFONSO	✓		
691	CRISTINA SOFIA MARTINS – 2ª SECRETÁRIA	✓		
722	MATEUS ARAÚJO PIRES	✓		
723	MARA DISA CAMPELO REBELO DE ARAÚJO	✓		
668	VICTOR MANUEL DA SILVA ALVES	✓		
PARTIDO SOCIALISTA – PS				
684	CARLA ISABEL MARTINS SEGADÃES	✓		
724	PAULO ALEXANDRE DE SOUSA FERNANDES	✓		
694	FERNANDO JOSÉ R. PIRES VENADE	✓		
658	MÁRCIA DANIEL PEREIRA ARAUJO	✓		
661	ANA PAULA FERNANDES (Subst. Cláudio Coelho)	✓		
657	RITA CARVALHO (Subst. João Araújo)	✓		
REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA				
FREGUESIA		(Substituição)	Presença	Falta
683	CAMPOS E VILA MEÃ	Elvis Graça	✓	
682	CANDEMIL E GONDAR		✓	
726	CORNES		✗	Presença
562	COVAS		✓	
321	GONDARÉM		✓	
679	LOIVO		✓	
727	MENTRESTIDO		✓	
678	REBOREDAS E NOGUEIRA		✓	
677	SAPARDOS		✓	
728	SOPO		✓	
675	V.N. CERVEIRA E LOVELHE		✓	

25 1

Senhas entregues nos R.H em

20.09.2018

*Manuel*



**CMVNC Assembleia Municipal**

**De:** geral.joaoaraujolda geral.joaoaraujolda <geral.joaoaraujolda@gmail.com>  
**Enviado:** quinta-feira, 6 de setembro de 2018 09:26  
**Para:** CMVNC Assembleia Municipal  
**Assunto:** Re: Convocatória da Assembleia Municipal  
**Anexos:** image001.jpg

Bom dia.

Motivos profissionais e não me encontrar, nessa data, no país, não poderei estar presente na Assembleia Municipal. Agradeço assim a minha substituição.

Att

João Araujo

CMVNC Assembleia Municipal <assembleia.municipal@cm-vncerveira.pt> escreveu no dia quarta, 5/09/2018 à(s) 15:28:

**António Duarte Cunha Machado, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira**, ao abrigo do estabelecido no n.º 1 do art.º 27º e na alínea b) do n.º 1 do art.º 30º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convoca a Assembleia Municipal para uma sessão ordinária a realizar no **dia 14 de setembro (sexta-feira), pelas 21h00**, nas instalações da U.F. Reboreda e Nogueira, na freguesia de **Nogueira**, com a seguinte **ordem de trabalhos**:

1. Período de "antes da ordem do dia"; -----  
-----
2. Mapa de pessoal – alteração; -----  
-----
3. Pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazo; -----
4. Minuta de Protocolo de delegação de execução de investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas; -----  
-----
5. Constituição da empresa "Águas do Alto Minho" – alteração à Minuta do Contrato de Parceria Pública entre o estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. -----  
-----

Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, 04 de setembro de 2018.

O Presidente da Assembleia Municipal,

**De:** Cláudio Coelho <claudiorodriguescoelho@gmail.com>  
**Enviado:** terça-feira, 11 de setembro de 2018 19:50  
**Para:** CMVNC Presidente Assembleia  
**Cc:** CA Carla Isabel Martins Segadães (enfermeiracarla1975@hotmail.com); CMVNC Assembleia Municipal  
**Assunto:** Pedido de substituição.

Boa tarde Exmo. Presidente da Assembleia Municipal,

Serve o presente para informar que devidos a problemas de saúde não me encontro em condições de estar presente na próxima assembleia.

Pelo que solicito pedido de substituição.

Com os melhores cumprimentos,  
Cláudio Coelho

Enviado do Correio para Windows 10



UNIÃO DAS FREGUESIAS  
DE  
CAMPOS E VILA MEÃ

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

APROVADO em Sessão de 14/9/2018

O Presidente,

*João*

Campos Vila Meã, 09 de Setembro de 2018.

Ao Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

António Machado

Praça do Município

4920-284 Vila Nova de Cerveira

Assunto: Sessão da Assembleia Municipal - Pedido de Substituição

Exmo. Sr.

Na qualidade de Presidente da União de Freguesias Campos e Vila Meã eu Joaquim Lima Hilário igualmente membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira, na impossibilidade de estar presente na próxima Sessão da Assembleia que se irá realizar no próximo dia 14 de Setembro de 2018 e, conforme o estipulado no Artº 15.º do Regimento da Assembleia Municipal, venho por este meio dirigir-me a V.ª Ex.ª. para comunicar a minha ausência e informar que serei substituído pelo Sr. Elvis Graça Costa, Tesoureiro desta União de Freguesias

Com os nossos melhores cumprimentos.

Presidente da União de Freguesias de Campos e Vila Meã

Joaquim Lima Hilário

*Jilário*

*Deposito*

*Deposito*

*João*  
*18*

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira**

**Senhor Presidente da Câmara Municipal,**

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**Senhora Vereadora e Senhores Vereadores,**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Senhoras e Senhores Deputados Municipais,**

**APROVADO em Sessão de 14/7/2018**

**Estimados colegas presidentes de junta.**

**O Presidente,**



**Ex S. Deputados A R muitos nos presença a vossa presença**

**Senhores deputados da assembleia de freguesia**

**Minhas Senhores e meus Senhores,**

**Comunicação social.**

É com imenso agrado, que hoje a 14 de Setembro de 2018, a União de Freguesias de Reboreda e Nogueira recebe a reunião da Assembleia Municipal do nosso concelho.

Em meu nome pessoal, em nome da Junta de Freguesia e em nome da população da União de Freguesias de Reboreda e Nogueira, manifesto o nosso contentamento, pois em quarenta e dois anos de democracia esta é a primeira vez que recebemos uma sessão da Assembleia Municipal.

Temos consciência da importância que a descentralização destas reuniões pode ter para a população.

A participação ativa da população nestas reuniões, dá a possibilidade de discutirem em sede própria os problemas que os preocupam quer no concelho quer na sua freguesia, discutir e fazer-se ouvir junto de quem elegeram para os representar.

Este deveria ser o grande desígnio desta descentralização.

Dou então as boas vindas às pessoas que aqui se deslocaram para assistir aos trabalhos desta Assembleia Municipal.

É com as pessoas que nos preocupamos, é para as pessoas que trabalhamos e são as pessoas o fim último na prestação do serviço público. Por isso, a vossa presença é muito importante.

Fazer mais e melhor é obrigação de todos e de cada um de nós.

São os habitantes, os fregueses, que muitas vezes, sabem e até melhor que muitos de nós, aquilo que as suas freguesias e o seu concelho precisa, pelo que, também tem o dever, enquanto cidadãos, de nos fazer chegar, as suas preocupações ou problemas, e até as suas sugestões, que são sempre muito bem-vindas para aqueles que querem, tal como eu próprio, desempenhar com todo o zelo e dedicação a sua função de servir a população que os elegeu.

A qualidade de vida da nossa freguesia e do nosso concelho, é responsabilidade de todos, nossa, enquanto eleitos e vossa, enquanto habitantes.

Pelo que é da vossa responsabilidade avaliarem as condutas e as praticas dos autarcas que elegeram, eu incluído, e claro que é vossa a obrigação de responsabiliza-los e confronta-los com as más práticas e com as más políticas adotadas.

Devemos ser responsáveis e contribuir para o crescimento e desenvolvimento das nossas freguesias e do nosso concelho, sem medo de falar de trazer para os locais próprios todos os erros praticados e conhecidos, bem como as soluções que entendermos serem viáveis, sem recriminação, sem censura, e com liberdade.

Termino, congratulando-me mais uma vez com a vossa presença na minha, na nossa freguesia.

Muito obrigado pela vossa atenção



**Informação da Atividade do Executivo  
Municipal**

**Período entre 30 de junho a 14 de setembro  
de 2018**

*[Assinatura]*



### **Nova edição do Orçamento Participativo Transfronteiriço**

Vila Nova de Cerveira e Tomiño continuam a consolidar a aposta na partilha cada vez mais frequente de serviços, projetos e iniciativas conjuntas, tendo apresentado a 3ª edição do Orçamento Participativo Transfronteiriço (OPT).



### **Cerveirenses e Tomiñenses reconhecem importância da cooperação transfronteiriça**

Cerca de 95% de uma amostra de 1100 residentes em Cerveira e Tomiño avaliam positivamente as iniciativas de cooperação transfronteiriça dinamizadas entre os dois concelhos, reconhecendo o seu contributo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da raia. Inquéritos à Cidadania foram distribuídos por diversas faixas etárias, cuja monitorização dos resultados permite delinear a estratégia futura.

### **Consignada modernização do troço ferroviário entre Viana do Castelo e Valença**



A Infraestruturas de Portugal (IP) promoveu, a 27 de julho, em Valença, a cerimónia de consignação da empreitada de modernização do troço ferroviário entre Viana do Castelo e Valença, presidida pelo

ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques. A representar o



### **Jardim de Infância da Santa Casa duplica capacidade após requalificação do edifício**

Com conclusão prevista a tempo do início do próximo ano letivo, as obras de beneficiação e modernização de todo o espaço do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira vão praticamente disponibilizar o dobro da capacidade de acolhimento, passando de 45 para 84 crianças. Empreitada teve um investimento global superior a 250 mil euros, comparticipada pelo Fundo Rainha D. Leonor e pela Câmara Municipal.



### **Entrada em vigor do Regulamento para Limpeza de Terrenos em Solo Urbano**

Foi publicado em Diário da República, o Regulamento para Limpeza de Terrenos em Solo Urbano no concelho de Vila Nova de Cerveira. Com aplicação desde 9 de agosto, o objetivo é regulamentar as limpezas de todos os prédios rústicos ou urbanos, incluindo os logradouros e silvados em solo urbano, constantes no Plano Diretor Municipal em vigor.



### **“Tributo aos Xutos & Pontapés”**

Ano após ano, o Coro Infantojuvenil de Vila Nova de Cerveira homenageia uma banda musical, nacional ou internacional, através de um evento onde as músicas mais conhecidas são interpretadas pelos 30 elementos. A 14 de julho, o tributo foi aos Xutos&Pontapés.



### **‘O Crochet Sai à Rua’...em Cerveira**

Vila Nova de Cerveira voltou a vestir-se de crochet e a surpreender pela criatividade e perfeição dos trabalhos. Oito encantadoras bonecas, um exuberante pavão, a fachada de uma casa particular totalmente forrada, e muito mais. A 3ª edição

d’ ‘O Crochet Sai à Rua’ decorre até 30 de setembro, graças ao envolvimento da comunidade, comerciantes, Juntas de Freguesia e IPSS’s.



### **África do Sul, Bielorrússia, Buriácia e Colômbia atuam em Cerveira**

Mais uma edição d’ ‘O Mundo a Dançar’ chegou a Cerveira, presenteando os milhares de pessoas com um espetáculo de distinta e reconhecida qualidade que harmoniza música, dança e cultura.





### **2ª edição do Caminho de Santiago de Compostela, a pé e por etapas**

Devido à grande adesão na 1ª edição do Caminho de Santiago por etapas, o Município cerveirense, em parceria com o Clube de Celtas do Minho, decidiu apresentar uma 2ª edição a decorrer entre agosto e fevereiro.



### **Festa da História 2018 com animação medieval alargada para crianças**

Sob a temática “Rainha Santa Isabel, Rainha Peregrina Jacobeia”, a edição deste ano da Festa da História de Vila Nova de Cerveira apresentou um maior e diversificado conjunto de atividades lúdicas medievais

destinadas às faixas infantil e juvenil, para além da habitual programação transversal a todas as idades.



### **‘In Common Sports’**

Cerca de 400 atletas com mais de 60 anos de três países europeus – Bulgária, Hungria e Itália, além de Portugal – estão a participar, entre setembro e outubro, na primeira ronda de atividades do projeto ‘In Common Sports’, liderado pelo Município de Vila Nova de Cerveira.





### **“1º Encontro Regional de Cuidadores Informais”**

A Associação Nacional de Cuidadores Informais promoveu, a 8 de setembro, o “1º Encontro Regional de Cuidadores Informais” no Cineteatro de Vila Nova de Cerveira. A iniciativa, que visa o reconhecimento do importante papel do cuidador

informal pela criação do estatuto específico, conta com a presença de vários representantes de altas entidades do foro político e médico-científico, para além de testemunhos na primeira pessoa. Sua Excelência, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, presidiu ao encerramento da sessão.



### **Receção de boas vindas aos professores do concelho**

Como tem vindo a acontecer desde 2015, o Município de Vila Nova de Cerveira voltou a assinalar, a 10 de setembro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a abertura do novo ano letivo com uma receção oficial aos docentes do Agrupamento de

Escolas. Este foi o primeiro momento de um dia dedicado a conhecer o Concelho, com uma visita guiada aos espaços da XX Bienal de Arte de Cerveira.



✓ **Obras Municipais a iniciar:**

- Beneficiação e Conservação da Rede Viária Municipal – Beneficiação da EM 512 em Cornes
- Requalificações Urbanísticas – Requalificação do Espaço Público Envolvente à Igreja Paroquial de Covas – 2.ª Fase
- Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico – Reparação da Rede de Saneamento no Loteamento da Lacada em Nogueira
- Beneficiação e Conservação da Rede Viária Municipal – Repavimentações no Concelho
- Arranjo da Praceta Queirós Ribeiro
- Implementação do Sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Cornes – 1.ª Fase

✓ **Outros projetos em curso:**

- Reforço da Rede de Água em Baixa às Freguesias do Interior – Reservatório, Adução e Distribuição (Sapardos, Candemil/ Gondar e Mentrestido) – Elaboração do Projeto
- Parque Transfronteiriço Castelinho – Fortaleza – Elaboração do Projeto de Requalificação dos Jogos de Água
- Revisão do Plano Diretor Municipal – Elaboração de Cartografia Homologada à Escala 1/10 000 do Concelho de Vila Nova de Cerveira
- Ampliação da Creche do Centro de Apoio às Empresas

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE  
CERVEIRA**

**LISTAGEM DE PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES EM  
07.09.2018 E ESTADO ACTUALIZADO DOS MESMOS**

**1**

**PROCESSO** – nº 412/09.4BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

**ESPÉCIE** – Acção administrativa comum sob a forma ordinária

**AUTORA** – Freguesia de Sapardos

**RÉ** – Freguesia de Rubiães

**CHAMADOS** – Município de Vila Nova de Cerveira e Município de Paredes de Coura

**OBJECTO/PEDIDO** – Delimitação das freguesias de Sapardos e Rubiães.

**ESTADO ACTUAL** – Tem audiência final marcada para 18 de Setembro de 2018.

**2**

**PROCESSO** – nº 1823/10.8BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

**ESPÉCIE** – Acção Administrativa comum sob a forma ordinária

**AUTORA** – Maria Gabriela Silva Pereira Camelo Taborda

**RÉUS** – Município de Vila Nova de Cerveira e Outros

**OBJECTO/PEDIDO** – Pedido de condenação na indemnização de € 290.000,00 (duzentos e noventa mil euros), acrescida de juros à taxa legal desde a citação e pedido de indemnização a liquidar em função de danos futuros.

**ESTADO ACTUAL** – Fase da instrução.

**3**

**PROCESSO** – nº 1860/12.8BEBRG – U. O. 1 (proveniente da injunção 159196/12.4YIPRT)

**ESPÉCIE** – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

**AUTORA** – Águas do Noroeste, S.A.

**RÉU** – Município de Vila Nova de Cerveira

**OBJECTO/PEDIDO** – Pedido de pagamento do valor de € 209.744,79, acrescida de juros vencidos, no valor de € 55.436,46 e de juros vincendos à taxa legal.

**ESTADO ACTUAL** –Aguarda por um período de 90 dias a celebração de eventual transacção.

#### **4**

**PROCESSO** – nº 1105/13.3BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

**ESPÉCIE** – Acção administrativa especial

**AUTOR** – Ilídio José Lourenço Pontedeira

**RÉU** – Município de Vila Nova de Cerveira

**OBJECTO/PEDIDO** – Anulação do despacho de 29.06.2012, concordante com a deliberação da Câmara Municipal de 27.06.2012, que aplicou ao Autor a pena disciplinar de despedimento.

**ESTADO ACTUAL** – Aguarda sentença.

#### **5**

**PROCESSO** – nº 2252/15.2BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

**ESPÉCIE** – Acção administrativa especial

**AUTOR** – Laurinda Freixo Rego Cruz

**RÉU** – Município de Vila Nova de Cerveira

**OBJECTO/PEDIDO** – Pedido de declaração de nulidade e anulação do despacho de 13.03.2015 que autorizou a emissão de licença de utilização do prédio de Agostinho Teixeira Amaro da Cruz, em Gondarém, e vários pedidos com o mesmo conexos.

**ESTADO ACTUAL** – Aguarda marcação de audiência prévia ou sentença.

## 6

**PROCESSO** – nº 1948/15.3BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

**ESPÉCIE** – Acção administrativa especial

**AUTOR** – Laurinda Freixo Rego Cruz

**RÉU** – Município de Vila Nova de Cerveira

**OBJECTO/PEDIDO** – Pedido de declaração de nulidade e anulação do despacho de 19.02.2012 que revogou o anterior despacho de licenciamento e mandou suspender o procedimento de legalização de obras do processo de licenciamento nº. 5/13, da Autora, e vários pedidos com o mesmo conexos.

**ESTADO ACTUAL** – Foi proferida sentença a absolver o Município da instância. A Autora apresentou reclamação da sentença, a qual foi, posteriormente, convolada pelo TAF de Braga em recurso jurisdicional, aguardando-se agora a decisão do TCA Norte sobre o mesmo.

## 7

**PROCESSO** – nº 1251/16.1BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

**ESPÉCIE** – Acção administrativa

**AUTOR** – Duque & Duque, Terraplanagens, Limitada

**RÉU** – Município de Vila Nova de Cerveira

**OBJECTO/PEDIDO** – Pedido de condenação à restituição do valor da caução que lhe foi cobrada no processo relativo à empreitada designada por “Ampliação das Redes de Saneamento Básico – Ampliação da rede de águas residuais domésticas na EN 13 (Gondarém, Loivo, Vila Nova de Cerveira, Lovelhe, Reboreda, Campos e Vila Meã”, acrescida de juros de mora, e vários outros pedidos com o mesmo conexos.

**ESTADO ACTUAL** – Aguarda sentença.

## 8

**PROCESSO** – nº 1022/17.8BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

**ESPÉCIE** – Acção Administrativa

**AUTOR** – João Paulo dos Santos Peixoto Coelho da Costa

**RÉU** – Município de Vila Nova de Cerveira

**OBJECTO/PEDIDO** – Pedido de anulação do despacho que ordenou a demolição de um muro construído pelo Autor junto à sua propriedade, no lugar de Presa, freguesia de Covas.

**ESTADO ACTUAL** – Aguarda marcação de audiência prévia.

## **9**

**PROCESSO** – nº 1489/16.1BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

**ESPÉCIE** – Acção Administrativa

**AUTORA** – Mirela Ivaylova Dimitrova

**RÉU** – Município de Vila Nova de Cerveira e Outros

**OBJECTO/PEDIDO** – Pedido de condenação na indemnização de € 125.000,00 a título de danos morais e bem assim de indemnização a liquidar em execução de sentença por sinistro ocorrido em 10.12.2004 na Escola EB 1 de Campos.

**ESTADO ACTUAL** – Aguarda marcação de audiência prévia.

## **10**

**PROCESSO** – nº NUICO 10/18.1.EABRC

**ESPÉCIE** – Contra-ordenação

**ENTIDADE** – ASAE

**ARGUIDO** – Município de Vila Nova de Cerveira

**OBJECTO/PEDIDO** – Contra-ordenação por falta de pessoal com formação específica para no equipamento “Parque Infantil do Castelinho”. Limites da infracção – mínimo de € 4.000,00; máximo de € 30.000,00.

**ESTADO ACTUAL** – Aguarda decisão.





ANEXO 8 .

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**DECLARAÇÃO**

Carmen de La-Salette Oliveira Araújo, Dirigente Intermédia de 3.ªGrau da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira; -----

Declara, nos termos e para efeitos do disposto no n.º2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira tem, nesta data, uma dívida a fornecedores e empreiteiros do montante de 277.467,84 €. -----

Declara, ainda que detém as seguintes participações nas seguintes empresas: -----

Caixa de Crédito Agrícola -----9.640 Acções = 24.040,00 €

Valorminho, S.A -----9.720 Acções = 48.600,00 €

Águas do Noroeste, S.A -----48.780 Acções = 243.900,00 €

Empreendimentos Eólicos Cerveirenses, S.A ----- 7.500,00 €

Fundação da Bienal de Cerveira -----237.000,00 €

Município de Vila Nova de Cerveira, 14 de setembro de 2018. -----

A Dirigente Intermédia de 3.º Grau,

*Carmen de La-Salette Oliveira Araújo*

Carmen de La-Salette Oliveira Araújo

CONTA	CX/CT	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDO
11		CAIXA	10.381.425,19	10.374.404,20						
11.1		Caixa	10.363.113,93	10.360.452,94	7.203,24	7.172,99	10.388.628,43	10.381.577,19	7.351,24	
11.8	CX	CAIXA	10.363.113,93	10.360.452,94	7.203,24	7.172,99	10.370.317,17	10.367.625,93	2.691,24	
11.8.2		Fundo de maneio	18.311,26	13.951,26			10.370.317,17	10.367.625,93	2.691,24	
11.8.2		João Nogueira	2.602,85	2.002,85			18.311,26	13.951,26	4.360,00	
11.8.3	CX2	FM-João Nogueira	2.602,85	2.002,85			2.602,85	2.002,85	600,00	
11.8.3		Vitor Costa	5.007,21	3.507,21			2.602,85	2.002,85	600,00	
11.8.4	CX3	FM-Vitor Costa	5.007,21	3.507,21			5.007,21	3.507,21	1.500,00	
11.8.4		Vitor Pereira	5.007,21	3.507,21			5.007,21	3.507,21	1.500,00	
11.8.6	CX4	FM-Vitor Pereira	953,52	553,52			953,52	553,52	400,00	
11.8.6		Nuno Jorge Costa Correia	953,52	553,52			953,52	553,52	400,00	
11.8.7	CX6	FM-Nuno Jorge Costa Correia	4.034,35	3.234,35			4.034,35	3.234,35	800,00	
11.8.7		Isabel Brandão	4.034,35	3.234,35			4.034,35	3.234,35	800,00	
11.8.9	CX7	FM-Isabel Brandão	60,00				60,00		60,00	
11.8.9		Maria Manuela Gonçalves	60,00				60,00		60,00	
12	CX9	FM Maria Manuela Gonçalves	5.653,33	4.653,33			5.653,33	4.653,33	1.000,00	
12		DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES	5.653,33	4.653,33			5.653,33	4.653,33	1.000,00	
12.1		FINANCEIRAS	10.545.488,01	7.680.254,97	7.172,99	48.626,38	10.552.661,00	7.728.881,35	2.823.775,65	
12.1		CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	9.567.599,44	7.462.680,49	6.465,98	48.626,38	9.574.065,42	7.511.306,87	2.052.758,55	
12.1	0035/00001359130	CGD	1.400.325,93	646.007,12			1.400.325,93	646.007,12	754.318,81	
12.1	0035/00001819430	CGD	278.267,79				278.267,79		278.267,79	
12.1	0035/00014085230	CGD	7.240.691,11	6.718.544,27	6.465,98	48.626,38	7.247.157,09	6.767.170,85	479.986,44	
12.1	0035/00014233230	CGD	460.986,20	97.139,20			460.986,20	97.139,20	363.847,00	
12.1	0035/00014892630	CGD	59.260,20				59.260,20		59.260,20	
12.1	0035/00016560930	CGD	128.068,21	989,90			128.068,21	989,90	127.078,31	
12.2		BANCO TOTTA & AÇORES	9.456,85				9.456,85		9.456,85	
12.2	0018,35404061001	BT	9.456,85				9.456,85		9.456,85	
12.3		CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	325.833,13	66.966,56			325.833,13	66.966,56	258.866,57	
12.3	0045/40023596179	CCAM	284.627,43	66.966,56			284.627,43	66.966,56	217.660,87	
12.3	0045/40259078937	CCAM	41.205,70				41.205,70		41.205,70	
12.4		BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	642.487,89	150.497,22	707,01		643.194,90	150.497,22	492.697,68	
12.4	0033/00049885369	BCP	502.602,37	150.342,87	434,41		503.036,78	150.342,87	352.693,91	
12.4	0033/45255167253	BCP	137.272,69	154,35	272,60		137.545,29	154,35	137.390,94	
12.4	0033/45255168805	BCP	2.612,83				2.612,83		2.612,83	
12.5		BANCO ESPÍRITO SANTO	110,70	110,70			110,70	110,70		
12.5	0031/17259100197	BES	110,70	110,70			110,70	110,70		
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			20.926.913,20	18.054.659,17	14.376,23	55.799,37	20.941.289,43	18.110.458,54	2.830.830,89	
DOCUMENTOS			25.371,85				25.371,85		25.371,85	
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS			9.268.656,57	7.236.345,52	7.203,24	48.626,38	9.275.859,81	7.284.971,90	1.990.867,91	
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			1.500.878,10	660.935,12			1.500.878,10	660.935,12	839.942,98	

Tesoureiro

Funcionário

Orgão Executivo



## JUNTA DE FREGUESIA DE GONDARÉM

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Digníssima Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Srs. Vereadores

Exmos. Srs. Deputados Municipais

Exmos. colegas Presidentes de Junta

Exmo. Público e Comunicação Social

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

APROVADO em Sessão de 14/7/2018

O Presidente,

*Lisa Guerreiro Pereira*

### Proposta de Louvor

No passado dia 14 de julho, o Padre Abílio da Costa Oliveira celebrou as bodas de ouro da ordenação sacerdotal com celebração da eucaristia presidida pelo bispo D. Anacleto Cordeiro Gonçalves Oliveira e com a presença de três teólogos.

Abílio da Costa Oliveira, nasceu em 04 de fevereiro de 1943 tendo sido ordenado padre em 14 de julho de 1968. Estando desde novembro de 1969 a prestar serviço pastoral nas freguesias de Gondarém e Sopo, sendo atualmente também Capelão e Reitor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Cerveira.

Para além disso desenvolveu um importante trabalho no apoio ao domicílio a idosos e a pessoas carenciadas tendo sido o grande impulsionador da formação do Centro Social e Paroquial de Gondarém a funcionar desde outubro de 1997.

É de salientar a entrega à população e a importância que dá a todos os assuntos relacionados com a freguesia, tendo criado o Jornal Mirante Gondarém, que vai já no quadragésimo sexto ano de publicação.

Vila Nova de Cerveira, 14 de setembro de 2018

Presidente da Junta de Freguesia de Gondarém

*Lisa Guerreiro Pereira*

Lisa Guerreiro Pereira



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 16/09/2018

O Presidente,

**VOTO DE CONGRATULAÇÃO****I Encontro Regional de Cuidadores Informais**

Vila Nova de Cerveira acolheu, no passado dia 8 de setembro, o “1º Encontro Regional de Cuidadores Informais”. A iniciativa contribuiu para impulsionar o reconhecimento do importante papel do cuidador informal pela criação de um estatuto específico.

Dinamizado pela Associação Nacional de Cuidadores Informais, através do seu representante no concelho, o Senhor Joaquim Ribeiro, desde o primeiro contacto estabelecido que a Câmara Municipal apoiou logisticamente e com recursos humanos a realização deste encontro, revelando-se um momento de reflexão e debate muito profícuo e intenso em torno de tão nobre causa que é ‘cuidar de quem cuida’.

Vila Nova de Cerveira é um concelho de e para as pessoas, um concelho de causas sociais, e foi um privilégio ver a nossa terra associada a uma ação que luta pela dignidade humana.

Considerando a presença de vários representantes de altas entidades do foro político e médico-científico, de cuidadores e ex-cuidadores, esta ação de sensibilização, apesar de âmbito distrital, teve de imediato uma enorme repercussão nacional, pela partilha de conhecimentos, de experiências e de testemunhos.

Defensores desta causa social de âmbito nacional, Sua Excelência, o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, e a Senhora Vice-Presidente da Alzheimer Europe, Drª Marisa Matias, presidiram à sessão de encerramento e de abertura, respetivamente. Num registo que Lhe é tão peculiar, Sua Excelência honrou os Cerveirenses com uma visita imprevista ao centro histórico, ao Castelo de Cerveira, à Capela de Nossa Srª da Ajuda e à Igreja Matriz, contactando com as pessoas, num ambiente de proximidade que já confere a Sua Excelência o reconhecimento popular de ‘Presidente dos Afetos’.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Movimento Independente Pensar Cerveira - PenCe apresenta um Voto de Congratulação à Associação Nacional de Cuidadores Informais pela atitude altruísta e dedicação à causa, por ser um exemplo de intervenção em prol do bem-estar das pessoas, felicitando ainda pela excelente organização deste I Encontro Regional de cuidadores Informais e agradecendo a confiança em Vila Nova de Cerveira.

Vila Nova de Cerveira, 14 de setembro de 2018

O Grupo Parlamentar do PenCe

Ex.<sup>ma</sup> Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
 Caras colegas, secretários da Mesa  
 Ex.<sup>ma</sup> Senhor Presidente da Câmara Municipal  
 Caros vereadores da Câmara Municipal  
 Colegas da Assembleia Municipal  
 Público em geral

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/9/2018

O Presidente,  
*Luís Almeida*

Em primeiro lugar, quero deixar uma palavra de apreço à União de Freguesias de Reboreda e Nogueira, à Mesa da Assembleia Municipal e à Câmara Municipal pelo facto de mais uma vez desentulharem esta sessão da Assembleia Municipal, num tempo em que muito se fala em desentulhização de competências, de órgãos, de serviços nas mais variadas áreas - educação, saúde, protecção civil, acção social entre outros.

A minha intervenção visa congratular a equipa de Vila Nova de Cerveira designada de "Aniquilador" pela participação e brilhante conquista do 2.º lugar no grande Prémio Red Bull Lisboa.

Sempre que o nome de Vila Nova de Cerveira se projeta quer seja em território nacional ou internacional, todos os Cerveirenses se devem sentir orgulhosos.

Este evento decorreu em Lisboa, onde 62 equipas mostraram a sua criatividade e a sua arte para executar e pilotar estes bólides radicais e totalmente artesanais.

Vila Nova de Cerveira, 14/9/2018

O deputado municipal  
*João Antunes*



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/09/2018

O Presidente,

### Verão de excelência turística

Vila Nova de Cerveira está na moda. Esta tem sido uma expressão amplamente ouvida nas ruas do nosso concelho, transmitida quer por cerveirenses quer especialmente por visitantes.

De ano para o ano, Vila Nova de Cerveira tem afirmado a sua posição no panorama nacional como um destino de férias completo, pela reconhecida arte e beleza natural, mas também pela aposta numa programação cultural diversificada, de qualidade, transversal a várias faixas etárias, e que fideliza públicos!

E este verão de 2018 é mais uma prova de crescimento turístico. Há indicadores, mas quem assistiu aos eventos e percorreu as ruas, sentiu. Foi, e ainda está a ser, um frenesim de gente, no bom sentido da palavra.

Cito apenas alguns dos eventos: desde logo a nossa insubstituível Bienal Internacional de Arte de Cerveira, a comemorar 40 anos com uma XX edição prestigiante, e cujo feedback e interação tem sido uma constante; os concertos das 'Noites de Fado' e do 'Cerveira Acústica' com lotação esgotada, corroborando a aposta ganha neste registo intimista com o público; 'Festa da História' que, numa versão mais alargada no espaço e na oferta, encheu as ruas durante os quatro dias; e 'O Crochet Sai à Rua'... em Cerveira com um impacto mediático e popular inquestionável.

Sabemos que não há eventos perfeitos, mas quando o trabalho incorpora a análise e a melhoria para novamente analisar e fazer ainda melhor, podemos dizer que se está no rumo certo.

Vila Nova de Cerveira é por isto um concelho de referência artístico-cultural voltado para o futuro que, ao mesmo tempo, mantém bem vivas as suas tradições.

Neste sentido, e através desta muito breve resenha de um Verão extraordinariamente dinâmico, o Grupo Parlamentar do Movimento Independente Pensar Cerveira - PenCe felicita e enaltece o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, por este executivo municipal e pelos seus trabalhadores, consolidando Cerveira na rota turística, nacional e com um cada vez maior impacto além-fronteiras.

Cerveira está efetivamente na moda.

Vila Nova de Cerveira, 14 de setembro de 2018

O Grupo Parlamentar do PenCe





MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/9/2018O Presidente,  
*Marcelino*

## Intervenção Política

### Prevenção e minimização de risco de ocorrência de fogos florestais

A bancada do Movimento Independente Pensar Cerveira vem por este meio parabenizar o esforço da Câmara Municipal na preservação e minimização de risco de ocorrência de fogos florestais no nosso concelho. Deste modo, gostaríamos de destacar essencialmente três ações:

1. O projeto “O Poder da Bolota”, que nasce numa cooperação entre a Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Covas, Escola Básica de São Sebastião de Covas, Proteção Civil, Sapadores Florestais e ainda toda a restante comunidade escolar. Reconhecemos a importância da educação nesta temática, ainda para mais através de um programa como este, em que se destaca a autonomia e flexibilidade curricular. Através do mesmo, os alunos tiveram a oportunidade de saber um pouco mais sobre o ordenamento de território, tendo tido várias atividades em que estiveram em contacto com disciplinas como a Matemática, o Português e ainda o Estudo do Meio. Além disso, não sendo menos importante, também trabalharam competências como o trabalho em equipa, a liderança, a comunicação, entre outras.
2. A gestão das Faixas de Gestão de Combustível em que não só foi feito o que estava programado no Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios para o ano de 2018, como foi mais além no que toca à limpeza do território. Até agora, a limpeza resultou num total de 55,73ha quando estava previsto apenas 50,9ha. Neste tópico, destaco ainda a capacidade de mobilização da Câmara Municipal, tendo consciencializado os privados para a limpeza dos seus próprios terrenos.
3. Por último, mas não menos importante, o melhoramento feito no Ponto de Água Misto da Gandra e no Ponto de Água Misto da Armada. Estes melhoramentos foram cruciais devido à sua localização, servindo não só para o concelho de Vila Nova de Cerveira, como também para o concelho de Valença e Paredes de Coura. É também importante realçar que ambos os pontos de água servem para a atuação de meios terrestres e também aéreos.

Nogueira, 14 de setembro de 2018

O Grupo Parlamentar do PenCe

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira**

**Senhor Presidente da Câmara Municipal,**

**Senhora Vereadora e Senhores Vereadores,**

**Senhoras e Senhores Deputados Municipais,**

**Estimados colegas presidentes de junta.**

**Minhas Senhores e meus Senhores,**

**Comunicação social.**

Esta minha intervenção é sobre os funcionários das limpezas das freguesias.

Temos vindo vivendo tempos difíceis com pessoal de há 2 anos para cá.

Peço ao S. Presidente da camara municipal que ponha no orçamento para 2019 verba para fazer face as nossas dificuldades.

Para assim podermos manter a freguesias mais limpas possível.

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**APROVADO em Sessão de 14/9/2018**

**O Presidente,**





## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ac. Câmara

APROVADO em Sessão de 14/9/2018

O Presidente,  
*Luís 16*

## (05) MAPA DE PESSOAL – ALTERAÇÃO

Foi presente uma informação prestada pelo Chefe da DAG, da qual resulta a necessidade de se realizar uma alteração ao mapa de pessoal, em virtude da extrema necessidade em contratar a termo, pelos menos, 4 trabalhadores para colmatar as falhas nos serviços face à aposentação de mais 3 trabalhadores e dos muitos trabalhadores que se encontram de baixa prolongada.

A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à alteração do Mapa de Pessoal, nos termos dos artigos 29.º, 30.º e 31.º, anexo da Lei 35/2014, de 27.02, conjugado com o artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) e artigo 25.º n.º 1 alínea o), anexo I, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

13/agosto/2018

Vítor Pereira  
Chefe Divisão



Ass. Municipal

Ass. Municipal  
14.08.18

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ALTERAÇÃO - MAPA DE PESSOAL AGOSTO DE 2018**

**NOTA EXPLICATIVA**

A presente nota explicativa serve para tornar perceptível a leitura do Mapa de Pessoal, dado que este só contém menções numerárias, o que, de um modo geral, pode dificultar a sua interpretação.

A presente alteração ao Mapa de Pessoal tem, como habitualmente, que conter a indicação do número de postos de trabalho do Município.

**Assim**, face a 3 novas aposentações de Assistentes Operacionais e porque se torna necessário colmatar essas saídas de forma a que os serviços não fiquem prejudicados pretende-se **com a presente alteração criar 4 lugares de Assistente Operacional** e cujas funções serão exercidas através de um vínculo por tempo determinado (termo certo).

Os lugares criados serão para colmatar necessidades dos serviços externos, nomeadamente nos serviços de jardins.

Por fim, com a presente alteração, haverá um pequeno aumento dos encargos com pessoal para a Câmara Municipal, no entanto o mesmo enquadra-se dentro dos parâmetros legais.

09.08.2018

Vitor Pereira  
Chefe da DAG



## MAPA DE PESSOAL DA CAMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA - AGOSTO 2018

*Manuel  
16.08.18*

CARREIRA Área de Formação Académica ou Profissional	CATEGORIA	Trabalhadores em Contrato de Trabalho na Função Pública							Trabalhadores com Contratados a Termo				
		Ocupados (CTTI)		Vagos		Total	Prever	Extinguir	Ocupados (CTC)		Vagos	Prever	Extinguir
		N.º Lugares	Notas	N.º Lug.	Notas				N.º Lugares	Notas			
Dirigentes	Dirigente Intermédio de 2.º Grau (Chefe de Divisão)	2		0	1 *	2			0				
	Dirigente Intermédio de 3.º Grau	4		0		4			0				
Coordenador Municipal de Proteção Civil		1				1							
Técnico Superior	Técnico Superior	32	1 a) 1 b) 1 d) 5 h)	7	6 *	39			1	f)	2		
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	5	1 d)	0	1 *	5			0				
	Assistente Técnico	32	1 b) 1 c) 6 d) 2 e)	5	10 *	37			0	g)	1		
Assistente Operacional	Encarregado Geral Operacional	1		0		1			0				
	Encarregado Operacional	6	1 d)	1	1 *	7			0				
	Assistente Operacional	140	5 b)	9		149			9	f)	1	4	
Fiscal Municipal	Fiscal Municipal	1		0									
Informática	Especialista de Informática	0		0					0				
	Técnico de Informática	1		0		1			0				
<b>Totais</b>		<b>225</b>		<b>22</b>		<b>246</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>		<b>4</b>	<b>4</b>	

235

a) Cedência de interesse público

b) Licença s/ vencimento

c) Requisição de serviço

d) Mobilidade em categoria

e) Mobilidade entre órgãos

f) CTC - Contrato a Termo Certo (Tempo Inteiro)

g) CTC - Contrato a Termo Certo (Tempo Inteiro) - Nadadores/Salvadores

h) Comissão de serviço

Ano de 2011 - Total de Pessoal = 257

Ano de 2012 - Total de Pessoal = 244

Ano de 2013 - Total de Pessoal = 229

Ano de 2014 - Total de Pessoal = 223

Ano de 2015 - Total de Pessoal = 223

Ano de 2016 - Total de Pessoal = 241

Ano de 2017 - Total de Pessoal = 236

Ano de 2018 - Total de Pessoal = 235 (Nesta data)

Vila Nova de Cerveira, 09 de agosto de 2018

O Chefe da Divisão de Administração Geral,

Vitor Pereira

Legenda:



Anabela  
7/6/18

Técnico Superior: 1 a) António Torres  
1 b) Rui Pacheco  
1 d) Maria Sobral  
4 i) Sandra Pontedeira, Carmen Araújo, Nuno Correia, Cristiana Brandão e Anabela Oliveira

Coordenador Técnico: 1 d) Felisbela Barbosa  
1 i) Lurdes Gonçalves

Assistente Técnico: 1 b) Regina Santos  
1 c) Emilia Ferrão  
2 e) Fernanda Castro e Júlia Martins  
6 d) Paula Sobral; Elisabete Araújo; Elisabete Montenegro; Ana Araújo; Goreti Gonçalves; Maria Costa

Encarregado Operacional: 1d) Pedro André

Assistente Operacional: 5 b) Isabel Barandas, Virginia Cacharon, Elisabete M. Segadães Oliveira, Tânia Rodrigues, Barbara Castro

1 Técnico Superior que exerce funções de Chefe de Divisão: Nuno Correia  
3 Técnicos Superiores que exercem funções de Direção de 3.º Grau: Carmen Araújo, Cristiana Brandão e Anabela Oliveira  
1 Coordenador Técnico que exerce funções de direção de 3.º Grau: Lurdes Gonçalves  
1 Assistente Técnico que exerce funções de Técnico Superior: Maria Sobral  
1 Assistente Técnico que exerce funções de Coordenador Técnico: Felisbela Barbosa  
1 Assistente Técnico que exerce funções de Encarregado Operacional: Pedro André Araújo

\* Trabalhadores que ocupam outros lugares, quer ele seja por mobilidade, por comissão de serviço ou mesmo requisição

  
Pereira  
Divisão



ANEXO 17

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Senhoras Secretárias

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sra. e Sr. Vereadores

Exmo. Sras. e Srs. Deputados e Presidentes de Junta

Exmo. Público

Comunicação Social

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**APROVADO em Sessão de 14/9/2018**

O Presidente,  
*Quilento*

*• Sr. Presidente da Assembleia Municipal, desde já, agradeço não ter deixado cair no esquecimento a proposta por mim apresentada em nome da Bancada do Partido Socialista. Aguardamos os seus comentários.*

A Bancada do Partido Socialista não concorda com a forma de gestão deste executivo assim como não concorda com as prioridades que por ele vem sendo estabelecidas.

Deste modo, e em coerência com a decisão tomada na Assembleia Municipal de 9 de julho de 2018, esta bancada é contra esta proposta de contratualização de empréstimos.

No entanto, os deputados municipais do Partido Socialista não serão obstáculos a qualquer obra ou intervenção que possa vir a beneficiar os Cerveirenses.

Por esse motivo, a Bancada do Partido Socialista irá abster-se nesta votação.

Bancada do Partido Socialista

*Caro*  
*João Afonso*  
*Paulo Nunes*  
*Paulo*  
*Manuel Soares*  
*Rui Amalho*  
*João Silva*



## Freguesia de Sapardos

ANexo 18

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CEVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 16/9/2018

O Presidente,

EXMº SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EXMªS SENHORAS SECRETÁRIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EXMº SENHOR PRESIDENTE DO MUNICIPIO

EXMºS SENHORES VEREADORES

EXMºS SENHORES DEPUTADOS E RESTANTES MEMBROS DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIGNÍSSIMOS REPRESENTANTES DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

ILUSTRES CIDADÃOS PRESENTES.

UMA PALAVRA DE RECOMHECIMENTO E ESTIMA AOS AUTARCAS  
QUE INTEGRAM A ASSEMBLEIA E JUNTA DESTA UNIÃO DE  
FREGUESIAS, AGRADECENDO A RECEÇÃO PRESTADA.

----Exmº Senhor Presidente do Município, relativamente à  
matéria constante do ponto três da ordem de trabalhos  
devemos sublinhar que é com enorme desilusão que  
constatamos a forma como foi elaborado o mapa das obras a  
realizar, e bem assim as freguesias por ele abrangidas.  
Devemos sublinhar de uma forma muito frontal e clara que  
nada temos contra estas, tal como dos seus legítimos  
representantes que certamente promovem a sua missão com  
exuberante dedicação e altruísmo, mas também é bom referir,  
sem qualquer tipo de demagogia que não raras exceções, são

quase, para não usar o termo “sempre” as mais beneficiadas. E este procedimento, após alguma reflexão, conduz-nos a outra realidade que a seguinte: -“Sendo estas as localidades onde se concentra um mais elevado número de cidadãos eleitores, nelas vale a pena investir para manter no poder este movimento político” -.

----Na verdade observamos com especial preocupação que as freguesias deste concelho não são todas tratadas por igual, evidenciando pois uma clara discriminação de tratamento entre elas, atitude que em pleno Século vinte e um se torna completamente inaceitável.

----Mas Sr. Presidente não é legítimo que os cidadãos da freguesia de sapardos anseiem e lutem pela construção da rede de saneamento básico?

----A construção do parque das atividades económicas?

----A construção de um parque destinado à prática dos desportos motorizados?

----A pavimentação em betuminoso das vias inseridas em zonas habitacionais?

Para nós é perfeitamente essencial e legítimo. Para V. EX<sup>a</sup> também o será certamente, até porque estas obras podem traduzir-se numa alteração positiva relativamente ao fenómeno da desertificação, que como todos sabemos, cada vez é mais acentuada, sobretudo nas freguesias do interior, deste e

de outros concelhos

*Manuel*

----Acrece a tudo isto o facto de resultante desta operação beneficiarem algumas freguesias, curiosamente as mais desenvolvidas, mas para amortizar/liquidar o mesmo serão todas chamadas a contribuir/participar.

----Assim, e tendo em conta que discordamos da forma que presidiu à escolha destas freguesias para usufruírem desta operação, votaremos contra esta proposta.

Sapardos, 14 de setembro de 2018

O Membro da Assembleia Municipal

*Manuel Custódio Esteves*  
(Manuel Esteves)

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA****Ac. Câmara****(03) PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS INVESTIMENTOS A SEREM FINANCIADOS POR EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO**

**Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal foi presente pedido de autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazo.**

*A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores Nuno Silva e Cristina Cancela, emitir parecer favorável à autorização prévia dos investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazo e submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal.*

**31/agosto/2018**

**Vitor Pereira  
Chefe Divisão**

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**APROVADO em Sessão de 14 / 9 / 2018**

**O Presidente,**





**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

Lucas  
14 set 18

**PROPOSTA**

**PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS INVESTIMENTOS A SEREM  
FINANCIADOS POR EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO**

Considerando que:

- a) A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), determina, no n.º 2 do art.º 51.º, que os investimentos a serem financiados por empréstimos de médio e longo prazos, para além de identificados no respetivo contrato de empréstimo, quando ultrapassem 10% das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no Plano Plurianual de Investimentos, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal;
- b) O Município propõe-se contratualizar os seguintes empréstimos de médio e longo prazo, para financiar um conjunto de investimentos que ultrapassam os 10% das despesas de investimento do orçamento do exercício:
  - i. Financiamento da Componente Nacional dos Projetos Cofinanciados, de acordo com o previsto do n.º 5 do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no valor de 829.009,19 €;
  - ii. Financiamento de Despesas de Investimento, de acordo com o previsto do n.º 5 do art.º 49.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no valor de 200.000,00 €.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1, do art.º 33.º, do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para cumprimento do n.º 2, do art.º 51.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, aprove para submissão a discussão e autorização da Assembleia Municipal, a lista de investimentos constantes do quadro



Resolvido  
14/06/18

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

seguinte e do despacho de abertura dos procedimentos de 11 de junho de 2018, ratificado na Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira de 18 de junho de 2018:

EMPRESTIMOS	INVESTIMENTOS	VALOR
Empréstimo de Longo Prazo, para o Financiamento da Componente Nacional dos Projetos Cofinanciados	Arranjo da Praceta Queirós Ribeiro	47.496,39
	Adaptação do Antigo Edifício dos Bombeiros para Edifício de Cultura e Inovação	45.000,00
	Reabilitação do Auditório Municipal	21.983,10
	Requalificação do Espaço Público Envolvente ao Bairro da Calçada, à Urbanização de Cerveira e ao Centro Escolar de Cerveira	39.332,76
	PAMUS – Mobilidade Suave em Vila Nova de Cerveira	269.961,05
	Requalificação da Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira - 1.ª Fase	148.811,23
	Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico - Fase 5 - Subsistema de Campos	145.574,86
	Implementação do sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Sopo - 1.ª Fase	110.849,80
Empréstimo para Despesas de Investimento, nos termos dos artigos 49º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais)	Parque Transfronteiriço Castelinho - Fortaleza	145.000,00
	Qualificação, reforço e manutenção da rede de água, em baixa e em alta, na freguesia de Covas	55.000,00

O Presidente da Câmara Municipal,

Unidade  
16/04/18

EMPRESTIMOS	DESIGNAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS	VALOR
Empréstimo de Longo Prazo, para o Financiamento da Componente Nacional dos Projetos Cofinanciados	Arranjo da Praceta Queirós Ribeiro	84.896,39	47.496,39
	Adaptação do Antigo Edifício dos Bombeiros para Edifício de Cultura e Inovação	300.000,00	45.000,00
	Reabilitação do Auditório Municipal	146.554,00	21.983,10
	Requalificação do Espaço Público Envolvente ao Bairro da Calçada, à Urbanização de Cerveira e ao Centro Escolar de Cerveira	262.218,41	39.332,76
	PAMUS – Mobilidade Suave em Vila Nova de Cerveira	569.620,05	269.961,05
	Requalificação da Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira - 1.ª Fase	240.620,00	148.811,23
	Ampliação e Remodelação das Redes de Saneamento Básico - Fase 5 - Subsistema de Campos	970.499,06	145.574,86
	Implementação do sistema de Águas Residuais Domésticas na Freguesia de Sopo - 1.ª Fase	738.998,70	110.849,80
Empréstimo para Despesas de Investimento, nos termos dos artigos 49º e seguintes do RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais)	Parque Transfronteiriço Castelinho - Fortaleza	329.000,00	145.000,00
	Qualificação, reforço e manutenção da rede de água, em baixa e em alta, na freguesia de Covas	128.000,00	55.000,00



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA****Ac. Câmara****(04) MINUTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS DE EXPANSÃO OU REABILITAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS**

Foi presente uma Minuta de Protocolo de Delegação de Execução de Investimentos de Expansão ou Reabilitação do Sistema Municipal de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, a celebrar entre o Município e a Águas do Alto Minho, S.A.

*A Câmara Municipal após os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores Nuno Silva e Cristina Cancela, emitir parecer favorável à minuta de Protocolo de Delegação de Execução de Investimentos de Expansão ou Reabilitação do Sistema Municipal de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e submeter o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal.*

**31/agosto/2018****Vitor Pereira  
Chefe Divisão****MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****APROVADO em Sessão de 14/9/2018****O Presidente,**

assinado  
4 de set 98

**SISTEMA DE ÁGUAS DO ALTO MINHO**

**MINUTA DE PROTOCOLO DE DELEGACÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS DE EXPANSÃO OU REABILITAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO PÚBLICO E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS**

Entre:

**MUNICÍPIO DE [•],** com sede em [•], pessoa coletiva n.º [•], representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de [•], [•] *[nome do presidente da câmara municipal]*, adiante designado por **MUNICÍPIO**

e

**A.D.A.M. - ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.,** sociedade anónima, com sede com sede na [•], com o número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva [•], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [•], com o capital social de € [•] *(quantia por extenso)*, realizado em € [•] *(quantia por extenso)*, neste ato representada por [•] e por [•], na qualidade de [•], com poderes para o ato, adiante designada por **ÁGUAS DO ALTO MINHO** ou **EGP**,

**CONSIDERANDO QUE:**

- a) O Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, veio estabelecer o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais no âmbito da exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos;
- b) Por deliberação da Assembleia Municipal de [•], proferida ao abrigo do disposto nas alíneas k) e n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada a constituição de uma Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto dos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, nos termos do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, mediante a celebração de contrato de parceria e de contrato de gestão entre as partes referidas e a Águas do Alto Minho, S.A., na qualidade de entidade gestora da parceria;
- c) Em [•] de [•] de 2018 foi celebrado o contrato de Parceria entre o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, através do qual foi instituído o Sistema de Águas do Alto Minho, resultante da agregação dos respetivos sistemas municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas;

Assinado  
14 de 98

PROTOCOLO DE DELEGACÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS NO SISTEMA MUNICIPAL

d) Em [ ] de [ ] de 2018 foi outorgado o contrato de Gestão relativo ao Sistema de Águas do Alto Minho, por via do qual o Estado Português e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira atribuem à Águas do Alto Minho, S.A., a exploração e a gestão do referido sistema à empresa Águas do Alto Minho, S.A., na qualidade de entidade gestora da parceria;

e) Nos termos do n.º 4 da Cláusula 1.ª do Contrato de Parceria e do n.º 7 da Cláusula 4.ª do Contrato de Gestão, para além das ações previstas no Plano de Investimentos da EGP, os Municípios podem realizar investimentos relativos à expansão ou reabilitação dos respetivos sistemas municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas;

f) O Município de [ ] pretende concretizar um conjunto de intervenções destinadas à expansão e aumento de fiabilidade dos serviços de águas prestados aos munícipes, os quais, por razões de garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores, bem como de acessibilidade económica dos serviços às populações, serão realizados de modo a que os respetivos encargos não sejam repercutidos nas tarifas aplicáveis;

g) A Cláusula 35.ª do Contrato de Parceria estabelece que podem ser candidatados a fundos comunitários ou nacionais os investimentos elegíveis dos municípios, realizados ou por realizar, podendo a EGP assumir a qualidade de beneficiário das candidaturas apresentadas pelos municípios;

h) Para o efeito, por força do estatuído no n.º 9 da Cláusula 4.ª do Contrato de Gestão, os municípios e a EGP devem celebrar um protocolo relativo ao investimento ou conjunto de investimentos a realizar pelo(s) primeiro(s), no qual estabelecem, entre outras matérias, a percentagem estimada de aumento da taxa de cobertura, a data prevista de conclusão das ações a realizar, os termos de integração de infraestruturas e os termos de repartição de encargos;

h) A minuta do presente protocolo foi aprovada pelos órgãos competentes de cada uma das partes.

**Acordam as partes celebrar o presente acordo que se rege pelo disposto nas cláusulas seguintes:**

**Cláusula 1.ª**

**Objeto**

O presente protocolo estabelece os termos e condições de execução pela EGP dos investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas definidos pelo **MUNICÍPIO**.



Desenhado  
7/12/18

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS NO SISTEMA MUNICIPAL

**Cláusula 2.ª**

**Âmbito**

A delegação de execução dos investimentos de expansão ou reabilitação do sistema municipal de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas atribuída pelo **MUNICÍPIO** à **EGP** incide sobre o conjunto de intervenções previstas no **ANEXO I** ao presente protocolo e que dele faz parte integrante e compreende o seguinte âmbito:

- a) Obtenção de pareceres, licenças e autorizações exigíveis junto das entidades competentes;
- b) Promoção de procedimentos de contratação pública;
- c) Acompanhamento da execução dos investimentos;
- d) Preparação de apresentação de candidaturas a fundos comunitários ou nacionais.

**Comentado [RCR1]: OBS:** No anexo devem constar, para além da identificação e caracterização de cada uma das intervenções a realizar, a percentagem estimada de aumento da taxa de cobertura e a data prevista de conclusão das ações a realizar (cfr. Cláusula 8.ª, n.º 4, do Contrato de Gestão).

**Cláusula 3.ª**

**Procedimentos de contratação pública**

1. Os procedimentos de contratação pública necessários à execução das intervenções previstas no **ANEXO I** ao presente protocolo são realizados por um agrupamento de entidades adjudicantes composto pelo **MUNICÍPIO** e pela **EGP**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A **EGP** é designada a representante do agrupamento de entidades adjudicantes para efeitos de condução dos procedimentos de contratação pública, bem como para o acompanhamento da execução dos contratos outorgados, devendo submeter ao **MUNICÍPIO** a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento, a aprovação das peças do procedimento, a designação do júri, a decisão de qualificação dos candidatos e a decisão de adjudicação, bem como os restantes atos cuja competência esteja atribuída ao órgão com competência para a decisão de contratar, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 39.º do CCP.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o **MUNICÍPIO** pode delegar na **EGP** a prática de todos os atos necessários à tramitação dos procedimentos de contratação pública, incluindo a designação do júri do procedimento, a prestação de esclarecimentos sobre as peças do procedimento, a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelos interessados, bem como a realização de notificações aos interessados, concorrentes e adjudicatários, incluindo a notificação para a apresentação dos documentos de habilitação e a prestação de caução e a aprovação da minuta do contrato.
4. Os júris dos procedimentos são integrados por representantes de ambas as PARTES.

Unidade  
16/05/18

PROTOCOLO DE DELEGACÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS NO SISTEMA MUNICIPAL

**Cláusula 4.ª**

**Estudos e projetos**

1. Para efeitos de realização dos investimentos e promoção dos correspondentes procedimentos de contratação pública, designadamente de empreitadas de obras públicas, o **MUNICÍPIO** obriga-se a disponibilizar à **EGP** os estudos e projetos relativos às intervenções constantes do **ANEXO I**, incluindo a descrição e a previsão de custos estimados.

2. A **EGP** deve promover a revisão de estudos e projetos disponibilizados pelo **MUNICÍPIO**, bem como a elaboração de estudos de natureza complementar que se mostrem devidos para adequação das intervenções a realizar ao cumprimento da taxa de cobertura prevista no **ANEXO I**, bem como para observância de regras de natureza técnica ou legal que se mostrem exigíveis.

**Cláusula 5.ª**

**Acompanhamento**

1. A **EGP** deve assegurar o acompanhamento da execução dos investimentos previstos no **ANEXO I** ao presente protocolo, designadamente dos contratos de empreitadas de obras públicas e dos contratos de aquisição de serviços de fiscalização, gestão da qualidade, coordenação de segurança em obra e coordenação de gestão ambiental e acompanhamento arqueológico.

2. Para efeitos do número anterior, nos contratos a celebrar para execução dos investimentos previstos no **ANEXO I** ao presente protocolo, incumbe à **EGP** designar o gestor do contrato para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, compete a cada uma das partes a prática dos seguintes atos:

- a) Nomear um responsável da obra, que acompanhará a execução dos respetivos trabalhos;
- b) Receber e acionar, se for o caso, as cauções prestadas a seu favor, bem como as quantias retidas;
- c) Vistoriar os trabalhos contratados, designadamente com vista às receções provisória e definitiva dos trabalhos por si contratados;
- d) Liberar as cauções prestadas quando preenchidos os pressupostos legais.

**Cláusula 6.ª**

**Candidaturas a fundos comunitários ou nacionais**

1. A **EGP** deve promover a preparação da apresentação de candidaturas à obtenção de fundos comunitários ou nacionais para financiamento das intervenções constantes do **ANEXO I** ao presente protocolo que tenham maturidade compatível com os requisitos definidos nos respetivos programas de apoio de âmbito comunitário ou nacional.

*Presidência  
44.647.97*

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS NO SISTEMA MUNICIPAL

2. A EGP pode assumir a qualidade de beneficiária das candidaturas apresentadas a fundos comunitários ou nacionais e celebrar os respetivos contratos ou apresentar candidaturas, nos termos concertados entre as PARTES.

3. Nas situações previstas no número anterior os pagamentos realizados pelas entidades gestoras dos programas de apoio de âmbito comunitário ou nacional são devidos à EGP para cobertura das despesas incorridas com a execução dos investimentos previstos no **ANEXO I** ao presente protocolo, sem que haja lugar a qualquer reembolso ou devolução de verbas ao **MUNICÍPIO**.

**Cláusula 7.ª**

**Colaboração**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.ª, o Município deve colaborar com a EGP na disponibilização e na obtenção de documentação para a instrução das candidaturas a fundos comunitários ou nacionais, designadamente quanto a declarações de intenção de adesão ao serviço e de compromisso de inscrição em orçamento e ou plano de atividades, neste caso, de acordo com o respetivo calendário de execução.

**Cláusula 8.ª**

**Financiamento**

1. Todas as despesas incorridas pela EGP relacionadas com a execução dos investimentos previstos no **ANEXO I** ao presente protocolo, incluindo estudos e projetos, bem como encargos para obtenção autorizações e garantias, são suportados pelo **MUNICÍPIO** na parcela não financiada pelos fundos comunitários ou nacionais.

2. Para efeitos do número anterior, a EGP remete ao **MUNICÍPIO** os comprovativos das despesas realizadas, acompanhados da correspondente justificação.

3. Em caso de discordância por parte do **MUNICÍPIO** quanto à exigibilidade das despesas ou quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar à EGP, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à apresentação das despesas de forma corrigida.

4. Desde que justificadas e corretamente apresentadas, as despesas apresentadas pela EGP são pagas pelo **MUNICÍPIO** através de transferência bancária, no prazo de 30 (trinta) dias após a receção do pedido de pagamento ou da sua correção.

**Cláusula 9.ª**

**Integração no Sistema de Águas do Alto Minho**

As infraestruturas resultantes das intervenções previstas no **ANEXO I** são integradas no Sistema de Águas do Alto Minho, nos termos previstos nas Cláusulas 13.ª, n.º 4, alínea d) e 15.ª do Contrato de Gestão.

**Comentado [RCR2]:** OBS: Exigência de aprovação pela Comissão de Parceria da integração de infraestruturas municipais para além das previstas nos anexos do Contrato de Parceria e de Gestão.

Manuel  
14/04/18

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS NO SISTEMA MUNICIPAL

**Cláusula 10.ª**

**Reporte**

A **EGP** obriga-se a reportar ao **MUNICÍPIO** as ações desenvolvidas e os atos praticados ao abrigo do presente protocolo, através do envio de relatórios de execução, com uma periodicidade de [•] [prazo por extenso] meses.

**Comentado [RCR3]:** **OBS:** Prazo a definir entre as partes, sugerindo-se para o efeito um período de dois meses, dado tratarem-se de competências municipais que estão a ser desenvolvidas por uma entidade terceira e cujos encargos são suportados pelo orçário municipal.

**Cláusula 11.ª**

**Notificações e comunicações**

1. As notificações e comunicações entre as **PARTES** para efeitos de execução do presente protocolo devem ser dirigidas aos gestores designados por cada parte e que se identificam:

**MUNICÍPIO:**

Nome: [•]

Telefone: [•]/Fax: [•]

Correio eletrónico: [•]

Endereço: [•]

**EGP:**

Nome: [•]

Telefone: [•]/Fax: [•]

Correio eletrónico: [•]

Endereço: [•]

2. Qualquer alteração dos gestores designados ou das informações de contacto prevista no número anterior deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 12.ª**

**Prazo de duração**

O presente protocolo manter-se-á em vigor pelo tempo necessário à concretização do seu objeto.

**Cláusula 13.ª**

**Litígios**

1. Em caso de desacordo ou litígio relativamente à interpretação ou execução do presente **CONTRATO**, as **PARTES** diligenciarão no sentido de alcançar, por acordo amigável, uma solução adequada e equitativa.

2. Para todas as questões emergentes do presente protocolo será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

Handwritten signature and date: 14/01/17

PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS NO SISTEMA MUNICIPAL

Cláusula 14.ª

Produção de efeitos

O presente protocolo produz efeitos a partir do dia [•]/[•]/[•].

Comentário [RCR4]: OBS: Prazo a definir entre as partes, tendo em conta que a aprovação e o início da execução pressupõem a celebração dos contratos de parceria e de gestão.

O presente acordo foi celebrado em [•], no dia [•] de [•] de dois mil e [•], sendo composto por 7 (sete) folhas escritas numa só lauda e todas numeradas, bem como por um anexo, composto por [•] ([•]) folhas escritas, que se encontram rubricadas pelos outorgantes, à exceção da última que contém as suas assinaturas, tendo sido redigido em dois exemplares, que farão igualmente fé, ficando cada um dos exemplares em poder de cada uma das Partes.

Pelo Município de [•]

([•])

Pela A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A.

([•])

([•])



ANEXO 21  
Data 5/07

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

APROVADO em Sessão de 14/9/2018

Ac. Câmara

O Presidente,  
*[Assinatura]*

**(04) CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA “ÁGUAS DO ALTO MINHO” - ALTERAÇÃO À MINUTA DO CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E OS MUNICÍPIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ, CAMINHA, PAREDES DE COURA, PONTE DE LIMA, VALENÇA, VIANA DO CASTELO E VILA NOVA DE CERVEIRA**

Pelo presidente da Câmara Municipal foi presente uma alteração à minuta do contrato de parceria pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Resultam desta alteração/nova versão, pequenas correções. Depois de negociado o acordo entre os Municípios e as Águas de Portugal, a Comissão Técnica manteve uma negociação com as Águas no sentido de aclarar e melhorar algumas questões da minuta do contrato, tendo sido obtida a versão final agora apresentada e cujas alterações/nova versão correspondem ao seguinte:

**Clausula 5.ª**

**Transmissão de contratos**

Nesta Clausula foi retirado o n.º 8, ficando desta forma a clausula a ser constituída por 7 pontos (números).

**Clausula 10.ª**

**Prazo**

**Clausula 11.ª**

**Poderes dos outorgantes**

Nesta clausula a alínea f) do n.º 3, passou a ter uma nova redação:

“As atualizações anuais das tarifas aplicáveis durante o período de convergência tarifária, conforme o n.º 1 da Clausula 24.ª;”

A alínea b) do n.º 5, passou a ter a seguinte redação:

“O relatório técnico quinquenal previsto no n.º 2 da Clausula 17.ª;”

**Clausula 12.ª**

**Comissão de Parceria**

Nesta Clausula o n.º 5, passou a ter a seguinte redação:

Para além das situações de incompatibilidade superveniente, pode ser promovida a designação de membros da CP, nos termos previstos no n.º 1, nas seguintes situações:

- a) Em caso de impedimento por um período superior a três meses;
- b) Por substituição realizada por iniciativa do(s) outorgante(s) que indicou o membro a substituir.

**Clausula 14.ª**

**Período de transição**

Nesta Clausula a alínea a) do n.º 4, passou a ter a seguinte redação:

*[Assinatura]*  
Vitor Pereira  
Chefe Divisão





hucul  
16/04/18

## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

**“Adequar e fundamentar a estrutura organizacional à prestação dos serviços de águas relativos ao Sistema, no que respeita aos recursos humanos e aos meios técnicos e logísticos, tendo em vista o seu envolvimento global para o regular funcionamento dos serviços de águas relativos ao Sistema;”**

### **Clausula 15.ª**

#### **Bens e direitos afetos**

**Nesta Clausula o n.º 7, passou a ter a seguinte redação:**

**“Em caso de extinção, denúncia ou caducidade do Contrato de Parceria, os bens a que se refere a presente cláusula são transferidos pela EGP, livres de quaisquer ónus ou encargos e em perfeitas condições de operacionalidade e utilização, para a entidade gestora dos sistemas municipais definida pelos Municípios ou para quem estes indicarem, após a assunção por este de todas as responsabilidades financeiras ou outras inerentes à exploração e gestão do Sistema e, quando aplicável, do pagamento de compensações a que haja lugar nos termos do presente Contrato de Parceria.”**

### **Clausula 23.ª**

#### **Critérios para a fixação e revisão das tarifas**

**Nesta Clausula o n.º 3, passou a ter a seguinte redação:**

**“O valor das tarifas a suportar pelos utilizadores finais deve ser igual nos vários sistemas municipais agregados desde o início da exploração e gestão do Sistema pela EGP, tendo por base os princípios que determinam as trajetórias de convergência tarifária definidas no ANEXO VI ao presente Contrato, que dele faz parte integrante.”**

**O n.º 10, desta Clausula passou a ter a seguinte redação:**

**“O cálculo da taxa indicada na alínea f) do número anterior considera a média dos valores anuais dos últimos 15 anos das taxas de rentabilidade das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três observações anuais mais baixas.”**

**A Clausula 28.ª para além de nova redação, nos seus n.ºs 1, 2 e 3, passou a ter uma nova epígrafe:**

### **“Clausula 28.ª**

#### **Princípios de cooperação e boa governança**

**1 – As Partes comprometem-se a cooperar de forma proactiva na prossecução das missões de interesse público previstas no presente Contrato, bem como na promoção de outras ações em diversos domínios da sua atividade, em especial na implementação de políticas sociais, na preservação ambiental, na resposta aos desafios das alterações climáticas, tirando partido da capacidade instalada.**

**2 – A EGP rege-se por princípios de transparência e de participação na relação com os utilizadores, acionistas, entidades públicas e entidades privadas com as quais se relacione na prossecução da sua atividade.**

**3 – A EPG deve gerir com eficiência os recursos que lhe estão afetos, podendo em articulação com os Municípios, proceder à faturação dos serviços como gestão de resíduos, sem prejuízo da possibilidade de ressarcimento de eventuais acréscimos de encargos que se demonstrem devidos.**

**4 – “anterior n.º 3”**

### **Clausula 30.ª**

**Vitor Fidalgo**  
**Chefe Divisão**



Assinado  
7/6/2018

## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

### Resolução

Nesta Clausula são eliminados os n.º 3, 4, 9, 11, 12, 13, 14 e 15, passando esta Clausula 30.ª a ter a seguinte redação:

O n.º 1 e 2 matem redação anterior;

n.º 3 – Para além das situações previstas no número anterior, o Primeiro Outorgante pode resolver unilateralmente o Contrato de Parceria em virtude de:

- a) Incumprimento das regras de convergência tarifária previstas no ANEXO VI;
- b) Cedência de créditos não vencidos por um ou mais Municípios respeitantes aos serviços de águas para o período de vigência do presente Contrato.

n.º 4 – Para além das situações previstas no n.º 2, os Segundos Outorgantes podem resolver unilateralmente o Contrato de Parceria em virtude de não aplicação de tarifas necessárias, nos termos do n.º 1 da Clausula 23.ª, sempre que por aquelas se apure um desvio acumulado de natureza deficitária nos resultados líquidos da EGP igual ou superior a 7,5% (sete vírgula cinco por cento) entre as projeções que constam do EVEF em vigor e os resultados líquidos obtidos.

n.º 5 – O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores em qualquer uma das circunstâncias enumeradas, depende da prévia notificação da entidade inadimplente para, dentro de um prazo razoável não inferior a 2 (dois) meses, regularizar a situação da manutenção do incumprimento da obrigação de regularização no termo do prazo concedido.

n.º 6 – As partes acordam que a notificação do exercício do direito de resolução sem que tenha sido cumprido o número anterior impede que tal comunicação produza quaisquer efeitos.

n.º 7 – A resolução do Contrato de Parceria por iniciativa dos Segundos Outorgantes tem de ser exercida conjuntamente por todos os Municípios.

n.º 8 – Com exceção da situação prevista na alínea g) do n.º 2 da presente clausula, a resolução unilateral ou por mútuo acordo do Contrato de Parceria determina a caducidade do contrato de gestão, a libertação das garantias prestadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., a favor de terceiros em benefício da EGP e a obrigação de venda aos Municípios das ações da EGP subscritas pelo Estado ou pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelo preço determinado segundo os termos, critérios e formula constantes do ANEXO VIII ao presente contrato e que dele faz parte integrante, ou a respetiva amortização nos termos legais, devendo os Municípios, no prazo de 6 (seis) meses a contar da notificação de resolução, identificar a futura entidade gestora dos respetivos sistemas municipais, a qual deve assegurar a libertação das garantias prestadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., a favor de terceiros em benefício da EGP e assumir as responsabilidades, incluindo as financeiras, inerentes à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema.

n.º 9 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores apenas produz efeitos na data em que possam ser transferidas para todos os Municípios ou para as entidades que os mesmos designarem o conjunto de responsabilidades associadas à exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema.

n.º 10 – Pela resolução do Contrato de Parceria por qualquer das formas previstas na presente cláusula, em que seja deliberada a amortização das ações da EGP subscritas pelo Estado ou pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., cada Município deve pagar à EGP, na proporção aplicável, a parte da retribuição que tiver sido recebida ao abrigo do disposto no n.º 3 da Clausula 21.ª e ainda não deduzida,

Vitor Pereira  
Chefe Divisão



Assinado  
16/01/18

## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

capitalizada anualmente a uma taxa não inferior ao custo do capital, tendo em consideração o prazo previsto na Clausula 10.<sup>a</sup>.

n.º 11 – Para garantia do cumprimento do disposto no número anterior e sem prejuízo do exercício pela EGP de quaisquer outros meios de defesa do respetivo crédito que sejam legalmente admitidos, os Municípios cedem à EGP os créditos que detenham e vierem a deter sobre os utilizadores por força da prestação dos serviços objeto da Parceria antes ou após a sua extinção ou sobre quaisquer importâncias a que tenham direito provenientes da atividade em “baixa”, devendo praticar todos os atos necessários à sua concretização.

n.º 12 – A cessão de créditos extingue-se na data em que a totalidade do crédito da EGP estiver cumprida.

n.º 13 – O presente Contrato constitui título bastante da mencionada cessão de créditos, podendo ser exibido perante qualquer entidade visada por essa cessão.

### Clausula 31.<sup>a</sup>

#### Denúncia

O n.º 3, 4, 5 e 6 da presente clausula passam a ter a seguinte redação:

“n.º 3 - A denúncia do Contrato de Parceria pelo Primeiro Outorgante determina a caducidade do contrato de gestão, a libertação das garantias prestadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelo preço determinado segundo os termos, critérios e fórmula constantes do ANEXO VIII ao presente contrato.

n.º 4 - Em caso de denúncia do Contrato de Parceria pela totalidade dos Segundos Outorgantes aplica-se o disposto no n.º 8 da clausula anterior.

n.º 5 – A denúncia do Contrato de Parceria por qualquer um dos Segundos Outorgantes implica, para além da obrigação de venda das ações da EGP subscritas e realizadas pelo(s) denunciante(s), nos termos previstos nos Estatutos, pelo valor nominal, o pagamento de uma compensação à EGP, validada por auditor independente, destinada a garantir a manutenção da trajetória tarifária e o equilíbrio económico-financeiro, correspondente ao somatório das seguintes componentes:

a) Investimento relativo ao Município renunciante, deduzido das respetivas participações e subsídios a fundo perdido, que ainda não tenham sido reintegrados;

b) Quota-parte nos desvios de recuperação de custos pendentes;

c) Acréscimo de encargos que os restantes Municípios teriam de suportar provocado pela redução do âmbito do sistema, calculado através da diferença entre a tarifa de equilíbrio resultante da situação existente à data da redução do âmbito do sistema e antes de esta se efetivar e a tarifa de equilíbrio apurada após a redução do âmbito do sistema, multiplicada pelos caudais totais do Sistema previstos na última revisão quinquenal dos pressupostos técnicos e económico e financeiros entre a data em que se verifica a redução do âmbito do sistema e o termo do contrato de parceria, quando positiva.

n.º 6 – Ao valor da compensação referida no número anterior acresce ainda o pagamento à EGP, na proporção aplicável, do valor correspondente à parte da retribuição que tiver sido recebida ao abrigo do disposto no n.º 3 da Clausula 21.<sup>a</sup> e ainda não deduzida, capitalizado anualmente a uma taxa não inferior ao custo do capital, tendo em consideração o prazo previsto na Clausula 10.<sup>a</sup>.

### Clausula 32.<sup>a</sup>

  
Vítor Furtado  
Chefe Civilista





*Assinado  
16/08/18*

## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

### Caducidade

O n.º 3 e 4, da presente clausula passam a ter a seguinte redação:

“n.º 3 – Em caso de liquidação da EGP, a transferência dos bens prevista no número anterior depende, quanto aos investimentos de expansão ou modernização que não se encontrem previstos no plano de investimentos constantes do EVEF e tenham sido realizados mediante autorização da CP, quando aplicável, do pagamento à EGP de uma compensação de montante correspondente ao valor residual do investimento, deduzido das respetivas participações e subsídios a fundo perdido, ainda não reintegrado pelo prazo da sua vida útil residual, para assegurar que a EGP dispõe de condições para ser liquidada sem prejuízo para os seus acionistas.

n.º 4 – Em alternativa à liquidação prevista no n.º 2, pode ser exercida uma opção de compra da totalidade das ações detidas na EGP pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. com a correspondente obrigação de venda, a qual deve ser comunicada pelo conjunto dos Segundos Outorgantes ao Primeiro Outorgante e à AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., até 6 (seis) meses antes do termo da vigência do contrato.”

Foram ainda aditados a esta Clausula os n.ºs 5, 6, 7 e 8.

“n.º 5 – Na situação referida na alínea b) do n.º 1, com vista a evitar a liquidação da EGP, os Segundos Outorgantes têm um dever de compra das ações da EGP detidas pela AgP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., devendo o procedimento iniciar-se no prazo de 3 (três) meses a contra da data do conhecimento do facto que determina a caducidade, por iniciativa do Primeiro Outorgante, através de comunicação tempestiva realizada aos Segundos Outorgantes.

n.º 6 – Para efeitos da transmissão das ações da EGP detidas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., em qualquer das situações previstas nos números anteriores, o valor das ações é calculado de acordo com o ANEXO VIII ao presente contrato.

n.º 7 – A transmissão das ações da EGP depende da libertação das garantias prestadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., a favor de terceiros em benefício da EGP.

n.º 8 – O procedimento estabelecido no número anterior deve ser concluído no prazo de um ano a contra da data da comunicação prevista nos n.ºs 4 e 5.”

*A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores Nuno Silva e Cristina Cancela, emitir parecer favorável à proposta de alteração da minuta do contrato de parceria pública e por consequência à última versão de 18 de junho de 2018 da minuta de contrato de parceria pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, apresentada aos respetivos órgãos executivos e deliberativos e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal.*

*Mais deliberou conferir os poderes necessários ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para assinar a versão final do contrato que venha a ser celebrado.*

13/agosto/2018

Vicor Pereira  
Chefe Divisão

Assinado  
7 de set 18

Ass. Municipal

**(04) CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA "ÁGUAS DO ALTO MINHO" - ALTERAÇÃO À MINUTA DO CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E OS MUNICÍPIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ, CAMINHA, PAREDES DE COURA, PONTE DE LIMA, VALENÇA, VIANA DO CASTELO E VILA NOVA DE CERVEIRA**

Pelo presidente da Câmara Municipal foi presente uma alteração à minuta do contrato de parceria pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Resultam desta alteração/nova versão, pequenas correções. Depois de negociado o acordo entre os Municípios e as Águas de Portugal, a Comissão Técnica manteve uma negociação com as Águas no sentido de aclarar e melhorar algumas questões da minuta do contrato, tendo sido obtida a versão final agora apresentada e cujas alterações/nova versão correspondem ao seguinte:

**Clausula 5.<sup>a</sup>**

**Transmissão de contratos**

Nesta Clausula foi retirado o n.º 8, ficando desta forma a clausula a ser constituída por 7 pontos (números).

**Clausula 10.<sup>a</sup>**

**Prazo**

**Clausula 11.<sup>a</sup>**

**Poderes dos outorgantes**

Nesta clausula a alínea f) do n.º 3, passou a ter uma nova redação:

"As atualizações anuais das tarifas aplicáveis durante o período de convergência tarifária, conforme o n.º 1 da Clausula 24.ª;"

A alínea b) do n.º 5, passou a ter a seguinte redação:

"O relatório técnico quinquenal previsto no n.º 2 da Clausula 17.ª;"

**Clausula 12.<sup>a</sup>**

**Comissão de Parceria**

Nesta Clausula o n.º 5, passou a ter a seguinte redação:

Para além das situações de incompatibilidade superveniente, pode ser promovida a designação de membros da CP, nos termos previstos no n.º 1, nas seguintes situações:

- a) Em caso de impedimento por um período superior a três meses;
- b) Por substituição realizada por iniciativa do(s) outorgante(s) que indicou o membro a substituir.

**Clausula 14.<sup>a</sup>**

**Período de transição**

Nesta Clausula a alínea a) do n.º 4, passou a ter a seguinte redação:

"Adequar e fundamentar a estrutura organizacional à prestação dos serviços de águas relativos ao Sistema, no que respeita aos recursos humanos e aos meios técnicos e logísticos, tendo em vista o seu envolvimento global para o regular funcionamento dos serviços de águas relativos ao Sistema;"

**Clausula 15.<sup>a</sup>**



#### Bens e direitos afetos

Nesta Clausula o n.º 7, passou a ter a seguinte redação:

“Em caso de extinção, denúncia ou caducidade do Contrato de Parceria, os bens a que se refere a presente cláusula são transferidos pela EGP, livres de quaisquer ónus ou encargos e em perfeitas condições de operacionalidade e utilização, para a entidade gestora dos sistemas municipais definida pelos Municípios ou para quem estes indicarem, após a assunção por este de todas as responsabilidades financeiras ou outras inerentes à exploração e gestão do Sistema e, quando aplicável, do pagamento de compensações a que haja lugar nos termos do presente Contrato de Parceria.”

#### Clausula 23.ª

Critérios para a fixação e revisão das tarifas

Nesta Clausula o n.º 3, passou a ter a seguinte redação:

“O valor das tarifas a suportar pelos utilizadores finais deve ser igual nos vários sistemas municipais agregados desde o início da exploração e gestão do Sistema pela EGP, tendo por base os princípios que determinam as trajetórias de convergência tarifária definidas no ANEXO VI ao presente Contrato, que dele faz parte integrante.”

O n.º 10, desta Clausula passou a ter a seguinte redação:

“O cálculo da taxa indicada na alínea f) do número anterior considera a média dos valores anuais dos últimos 15 anos das taxas de rentabilidade das Obrigações do Tesouro da República Portuguesa a 10 anos, após a exclusão das três observações anuais mais altas e das três observações anuais mais baixas.”

A Clausula 28.ª para além de nova redação, nos seus n.ºs 1, 2 e 3, passou a ter uma nova epígrafe:

“Clausula 28.ª

Princípios de cooperação e boa governança

1 – As Partes comprometem-se a cooperar de forma proactiva na prossecução das missões de interesse público previstas no presente Contrato, bem como na promoção de outras ações em diversos domínios da sua atividade, em especial na implementação de políticas sociais, na preservação ambiental, na resposta aos desafios das alterações climáticas, tirando partido da capacidade instalada.

2 – A EGP rege-se por princípios de transparência e de participação na relação com os utilizadores, acionistas, entidades públicas e entidades privadas com as quais se relacione na prossecução da sua atividade.

3 – A EPG deve gerir com eficiência os recursos que lhe estão afetos, podendo em articulação com os Municípios, proceder à faturação dos serviços como gestão de resíduos, sem prejuízo da possibilidade de ressarcimento de eventuais acréscimos de encargos que se demonstrem devidos.

4 – “anterior n.º 3”

#### Clausula 30.ª

Resolução

Nesta Clausula são eliminados os n.º 3, 4, 9, 11, 12, 13, 14 e 15, passando esta Clausula 30.ª a ter a seguinte redação:

O n.º 1 e 2 matem redação anterior;

n.º 3 – Para além das situações previstas no número anterior, o Primeiro Outorgante pode resolver unilateralmente o Contrato de Parceria em virtude de:

a) Incumprimento das regras de convergência tarifária previstas no ANEXO VI;





Assinado  
14 Set 18

b) Cedência de créditos não vencidos por um ou mais Municípios respeitantes aos serviços de águas para o período de vigência do presente Contrato.

n.º 4 – Para além das situações previstas no n.º 2, os Segundos Outorgantes podem resolver unilateralmente o Contrato de Parceria em virtude de não aplicação de tarifas necessárias, nos termos do n.º 1 da Clausula 23.ª, sempre que por aquelas se apure um desvio acumulado de natureza deficitária nos resultados líquidos da EGP igual ou superior a 7,5% (sete vírgula cinco por cento) entre as projeções que constam do EVEF em vigor e os resultados líquidos obtidos.

n.º 5 – O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores em qualquer uma das circunstâncias enumeradas, depende da prévia notificação da entidade inadimplente para, dentro de um prazo razoável não inferior a 2 (dois) meses, regularizar a situação da manutenção do incumprimento da obrigação de regularização no termo do prazo concedido.

n.º 6 – As partes acordam que a notificação do exercício do direito de resolução sem que tenha sido cumprido o número anterior impede que tal comunicação produza quaisquer efeitos.

n.º 7 – A resolução do Contrato de Parceria por iniciativa dos Segundos Outorgantes tem de ser exercida conjuntamente por todos os Municípios.

n.º 8 – Com exceção da situação prevista na alínea g) do n.º 2 da presente clausula, a resolução unilateral ou por mútuo acordo do Contrato de Parceria determina a caducidade do contrato de gestão, a libertação das garantias prestadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., a favor de terceiros em benefício da EGP e a obrigação de venda aos Municípios das ações da EGP subscritas pelo Estado ou pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelo preço determinado segundo os termos, critérios e formula constantes do ANEXO VIII ao presente contrato e que dele faz parte integrante, ou a respetiva amortização nos termos legais, devendo os Municípios, no prazo de 6 (seis) meses a contar da notificação de resolução, identificar a futura entidade gestora dos respetivos sistemas municipais, a qual deve assegurar a libertação das garantias prestadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., a favor de terceiros em benefício da EGP e assumir as responsabilidades, incluindo as financeiras, inerentes à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema.

n.º 9 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores apenas produz efeitos na data em que possam ser transferidas para todos os Municípios ou para as entidades que os mesmos designarem o conjunto de responsabilidades associadas à exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema.

n.º 10 – Pela resolução do Contrato de Parceria por qualquer das formas previstas na presente cláusula, em que seja deliberada a amortização das ações da EGP subscritas pelo Estado ou pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., cada Município deve pagar à EGP, na proporção aplicável, a parte da retribuição que tiver sido recebida ao abrigo do disposto no n.º 3 da Clausula 21.ª e ainda não deduzida, capitalizada anualmente a uma taxa não inferior ao custo do capital, tendo em consideração o prazo previsto na Clausula 10.ª.

n.º 11 – Para garantia do cumprimento do disposto no número anterior e sem prejuízo do exercício pela EGP de quaisquer outros meios de defesa do respetivo crédito que sejam legalmente admitidos, os Municípios cedem à EGP os créditos que detenham e vierem a deter sobre os utilizadores por força da prestação dos serviços objeto da Parceria antes ou após a sua extinção ou sobre quaisquer importâncias a que tenham direito provenientes da atividade em “baixa”, devendo praticar todos os atos necessários à sua concretização.

Assinado

*Recebido  
7 de set 78*

n.º 12 – A cessão de créditos extingue-se na data em que a totalidade do crédito da EGP estiver cumprida.

n.º 13 – O presente Contrato constitui título bastante da mencionada cessão de créditos, podendo ser exibido perante qualquer entidade visada por essa cessão.

#### **Clausula 31.ª**

##### **Denúncia**

O n.º 3, 4, 5 e 6 da presente clausula passam a ter a seguinte redação:

“n.º 3 - A denúncia do Contrato de Pareceria pelo Primeiro Outorgante determina a caducidade do contrato de gestão, a libertação das garantias prestadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelo preço determinado segundo os termos, critérios e fórmula constantes do ANEXO VIII ao presente contrato.

n.º 4 - Em caso de denúncia do Contrato de Parceria pela totalidade dos Segundos Outorgantes aplica-se o disposto no n.º 8 da clausula anterior.

n.º 5 – A denúncia do Contrato de Parceria por qualquer um dos Segundos Outorgantes implica, para além da obrigação de venda das ações da EGP subscritas e realizadas pelo(s) denunciante(s), nos termos previstos nos Estatutos, pelo valor nominal, o pagamento de uma compensação à EGP, validada por auditor independente, destinada a garantir a manutenção da trajetória tarifária e o equilíbrio económico-financeiro, correspondente ao somatório das seguintes componentes:

a) Investimento relativo ao Município renunciante, deduzido das respetivas participações e subsídios a fundo perdido, que ainda não tenham sido reintegrados;

b) Quota-parte nos desvios de recuperação de custos pendentes;

c) Acréscimo de encargos que os restantes Municípios teriam de suportar provocado pela redução do âmbito do sistema, calculado através da diferença entre a tarifa de equilíbrio resultante da situação existente à data da redução do âmbito do sistema e antes de esta se efetivar e a tarifa de equilíbrio apurada após a redução do âmbito do sistema, multiplicada pelos caudais totais do Sistema previstos na última revisão quinquenal dos pressupostos técnicos e económico e financeiros entre a data em que se verifica a redução do âmbito do sistema e o termo do contrato de parceria, quando positiva.

n.º 6 – Ao valor da compensação referida no número anterior acresce ainda o pagamento à EGP, na proporção aplicável, do valor correspondente à parte da retribuição que tiver sido recebida ao abrigo do disposto no n.º 3 da Clausula 21.ª e ainda não deduzida, capitalizado anualmente a uma taxa não inferior ao custo do capital, tendo em consideração o prazo previsto na Clausula 10.ª.

#### **Clausula 32.ª**

##### **Caducidade**

O n.º 3 e 4, da presente clausula passam a ter a seguinte redação:

“n.º 3 – Em caso de liquidação da EGP, a transferência dos bens prevista no número anterior depende, quanto aos investimentos de expansão ou modernização que não se encontrem previstos no plano de investimentos constantes do EVEF e tenham sido realizados mediante autorização da CP, quando aplicável, do pagamento à EGP de uma compensação de montante correspondente ao valor residual do investimento, deduzido das respetivas participações e subsídios a fundo perdido, ainda não reintegrado pelo prazo da sua vida útil residual, para assegurar que a EGP dispõe de condições para ser liquidada sem prejuízo para os seus acionistas.

*[Assinatura]*

*Recebido  
14 de 18*

n.º 4 – Em alternativa à liquidação prevista no n.º 2, pode ser exercida uma opção de compra da totalidade das ações detidas na EGP pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. com a correspondente obrigação de venda, a qual deve ser comunicada pelo conjunto dos Segundos Outorgantes ao Primeiro Outorgante e à AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., até 6 (seis) meses antes do termo da vigência do contrato.”

Foram ainda aditados a esta Clausula os n.ºs 5, 6, 7 e 8.

“n.º 5 – Na situação referida na alínea b) do n.º 1, com vista a evitar a liquidação da EGP, os Segundos Outorgantes têm um dever de compra das ações da EGP detidas pela AgP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., devendo o procedimento iniciar-se no prazo de 3 (três) meses a contra da data do conhecimento do facto que determina a caducidade, por iniciativa do Primeiro Outorgante, através de comunicação tempestiva realizada aos Segundos Outorgantes.

n.º 6 – Para efeitos da transmissão das ações da EGP detidas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., em qualquer das situações previstas nos números anteriores, o valor das ações é calculado de acordo com o ANEXO VIII ao presente contrato.

n.º 7 – A transmissão das ações da EGP depende da libertação das garantias prestadas pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., a favor de terceiros em benefício da EGP.

n.º 8 – O procedimento estabelecido no número anterior deve ser concluído no prazo de um ano a contra da data da comunicação prevista nos n.ºs 4 e 5.”

*A Câmara Municipal*

*[Assinatura]*

**Assembleia Municipal****MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****APROVADO em Sessão de 14/8/2018****O Presidente,****Ficha de Inscrição para uso da palavra****Artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira  
(participação do público)**

1. As sessões da assembleia são públicas, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir, até ao limite da capacidade da sala.
2. Na sala das sessões haverá lugares para o público, demarcados dos que são destinados aos membros da assembleia e aos vereadores.
3. A nenhum cidadão é permitido interromper os trabalhos das sessões ou perturbar a ordem.
4. Encerrada a ordem do dia haverá um período de trinta minutos reservado à intervenção do público e destinado apenas à **prestação de esclarecimentos**, para o que será concedida a palavra pelo presidente da mesa, mediante prévia **inscrição** dos interessados, **referindo nome, morada e assunto a tratar**, por um período individual que não poderá exceder cinco minutos.
5. Na sessão do mês de abril, o período referido no número anterior terá lugar antes da ordem do dia.
6. As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

(usar letras MAIÚSCULAS, por favor)

<b>Nome:</b>	JULIETA ALVES
<b>Morada:</b>	NOGUEIRA
<b>Código Postal e Localidade:</b>	
<b>Assunto a Tratar:</b>	AGUAS FLUVIAIS



**Assembleia Municipal****MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****APROVADO em Sessão de 14/9/2018****O Presidente,**
**Ficha de Inscrição para uso da palavra**

**Artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira**  
**(participação do público)**

1. As sessões da assembleia são públicas, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir, até ao limite da capacidade da sala.
2. Na sala das sessões haverá lugares para o público, demarcados dos que são destinados aos membros da assembleia e aos vereadores.
3. A nenhum cidadão é permitido interromper os trabalhos das sessões ou perturbar a ordem.
4. Encerrada a ordem do dia haverá um período de trinta minutos reservado à intervenção do público e destinado apenas à **prestação de esclarecimentos**, para o que será concedida a palavra pelo presidente da mesa, mediante prévia **inscrição** dos interessados, **referindo nome, morada e assunto a tratar**, por um período individual que não poderá exceder cinco minutos.
5. Na sessão do mês de abril, o período referido no número anterior terá lugar antes da ordem do dia.
6. As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

(usar letras MAIÚSCULAS, por favor)

<b>Nome:</b>	LORENÇO MARTINS
<b>Morada:</b>	REBOREDA / NOGUEIRA
<b>Código Postal e Localidade:</b>	
<b>Assunto a Tratar:</b>	OBRA EM NOGUEIRA

# Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

APROVADO em Sessão de 14/9/2018

O Presidente,

*[Handwritten signature]*

## Ficha de Inscrição para uso da palavra

### Artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira (participação do público)

1. As sessões da assembleia são públicas, não podendo ser vedada a entrada a pessoas que a elas pretendam assistir, até ao limite da capacidade da sala.
2. Na sala das sessões haverá lugares para o público, demarcados dos que são destinados aos membros da assembleia e aos vereadores.
3. A nenhum cidadão é permitido interromper os trabalhos das sessões ou perturbar a ordem.
4. Encerrada a ordem do dia haverá um período de trinta minutos reservado à intervenção do público e destinado apenas à **prestação de esclarecimentos**, para o que será concedida a palavra pelo presidente da mesa, mediante prévia **inscrição** dos interessados, **referindo nome, morada e assunto a tratar**, por um período individual que não poderá exceder cinco minutos.
5. Na sessão do mês de abril, o período referido no número anterior terá lugar antes da ordem do dia.
6. As atas das sessões e reuniões, terminada a menção aos assuntos incluídos na ordem do dia, fazem referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.

(usar letras MAIÚSCULAS, por favor)

Nome:	GIL COSTA MALHEIRO
Morada:	NOGUEIRA
Código Postal e Localidade:	
Assunto a Tratar:	MANUTENÇÃO e CONSERVAÇÃO DA FREGUESIA e acessibilidades

MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SLDL

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176



**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**APROVADO em Sessão de 14/9/2018**

**O Presidente,**



## **MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE CERVEIRA**

**30 de junho de 2018**

### **INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**

São aqui enunciadas informações e algumas situações da situação económica e financeira intercalar para os órgãos competentes. As situações descritas são as que foram detetadas no decurso da execução dos procedimentos de auditoria adotados, a qual foi efetuada com o objetivo de emitir um relatório sobre a situação económica e financeira do período findo a 30 de Junho de 2018, para efeitos da alínea d) n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

Sede  
Rua Batalha Reis, n.º 81 2.º  
6300 - 066 GUARDA  
Tel. 271 221 303 \* Fax 271 221 304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 - Ed. Mond - Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel. 239 821 777 \* Fax 239 641 027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu  
Rua Arrabalce, Lote 1, R/C, 1.º e 2.º  
3500 - 084 VISEU  
Tel. 232 435 277 \* Fax 232 435 279  
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt





## I - NOTA INTRODUTÓRIA

Procedemos à revisão analítica das demonstrações financeiras do Município, referenciado ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, bem como à análise das principais operações desenvolvidas, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância ao nível da informação contabilística.

Salientamos que o âmbito do trabalho teve como objetivo dar cumprimento ao estipulado na alínea d) do art.º n.º 77 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, sendo que as análises efetuadas consistiram essencialmente em indagação aos membros do órgão de gestão e do pessoal do Município, análise documental e em procedimento analíticos, o que proporciona menos segurança do que o trabalho realizado no âmbito de uma revisão/ auditoria.

## II - PRESSUPOSTOS DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A partir da informação contabilística reportada a 30 de junho de 2018, procedemos à análise da situação económica e financeira do Município de Vila Nova de Cerveira.

Chamamos a atenção que de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 03/09, o Município não está obrigado à apresentação de demonstrações financeiras intercalares reportadas a 30/06/2018, pelo que no ponto seguinte preparámos uma síntese das rubricas das Demonstrações Financeira reportadas aos primeiros semestres de 2017 e 2018, sendo que tais demonstrações financeiras não têm refletidos quaisquer procedimentos de fecho de contas, designadamente os relativos ao princípio da especialização dos exercícios.

### III - BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

#### BALANÇO

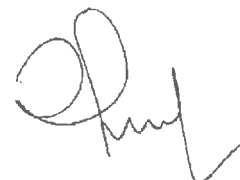
ATIVO	30/06/2017	31/12/2017	30/06/2018	Variação (Jun.17/Jun.18)		Variação (Dez.17/Jun.18)	
				Valor	%	Valor	%
<b>IMOBILIZADO</b>							
Bens de domínio público	13 311 455	13 008 045	13 008 045	(303 410)	-2,28%	0	0,00%
Imobilizações incorpóreas	13 311 455	13 008 045	13 008 045	(303 410)	-2,28%	0	0,00%
	83 860	88 594	98 674	14 814	17,66%	10 080	11,38%
Imobilizações corpóreas	83 860	88 594	98 674	14 814	17,66%	10 080	11,38%
Imobilizações em curso	42 477 328	41 424 859	42 140 687	(336 642)	-0,79%	715 828	1,73%
Amortizações acumuladas				0	n.a.	0	n.a.
				0	n.a.	0	n.a.
Investimentos financeiros	42 477 328	41 424 859	42 140 687	(336 642)	-0,79%	715 828	1,73%
Amortizações acumuladas	1 124 680	910 863	910 863	(213 817)	-19,01%	0	0,00%
	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
	1 124 680	910 863	910 863	(213 817)	-19,01%	0	0,00%
<b>CIRCULANTE</b>							
Existências	143 508	161 965	145 029	1 521	1,06%	(16 936)	-10,46%
Empréstimos Concedidos	11 300	8 794	8 794	(2 506)	-22,18%	0	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes c/c	206 134	236 616	292 117	85 983	41,71%	55 501	23,46%
Clientes, contr. e utentes cobr. duvidosa	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
Adiantamentos a fornecedores	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
Estado e outros entes públicos	41 717	54 933	52 358	10 641	25,51%	(2 575)	-4,69%
	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
Outros devedores	41	375	178	136	329,28%	(197)	-52,57%
	402 700	462 683	498 476	95 776	23,78%	35 793	7,74%
Depósitos bancários e caixa							
Depósitos bancários	2 894 437	2 064 989	2 751 287	(143 150)	-4,95%	686 298	33,23%
Caixa	12 493	4 776	6 905	(5 588)	-44,73%	2 129	44,58%
	2 906 929	2 069 765	2 758 191	(148 738)	-5,12%	688 427	33,26%
Acréscimos e diferimentos							
Acréscimos de proventos	1 322 379	1 618 205	1 618 205	295 826	22,37%	0	0,00%
Custos diferidos	16 844	16 490	16 490	(354)	-2,10%	0	0,00%
	1 339 223	1 634 694	1 634 694	295 471	22,06%	0	0,00%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>61 646 176</b>	<b>59 599 502</b>	<b>61 049 630</b>	<b>(596 546)</b>	<b>-0,97%</b>	<b>1 450 127</b>	<b>2,43%</b>

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	30/06/2017	31/12/2017	30/06/2018	Variação (Jun.17/Jun.18)		Variação (Dez.17/Jun.18)	
				Valor	%	Valor	%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>							
Património	12 399 983	12 399 983	12 399 983	0	0,00%	0	0,00%
Ajust. de partes de capital em empresas	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
Reservas	3 950 485	3 972 558	3 992 606	42 121	1,07%	20 047	0,50%
Resultados transitados	15 733 105	15 711 030	16 091 908	358 804	2,28%	380 879	2,42%
Resultado líquido do exercício	954 027	400 925	1 394 901	440 874	46,21%	993 976	247,92%
<b>TOTAL DO FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>33 037 600</b>	<b>32 484 496</b>	<b>33 879 398</b>	<b>841 799</b>	<b>2,55%</b>	<b>1 394 902</b>	<b>4,29%</b>
<b>PASSIVO</b>							
Provisões							
Provisões para riscos e encargos	137 753	137 753	137 753	0	0,00%	0	0,00%
	137 753	137 753	137 753	0	0,00%	0	0,00%
Dívidas a terceiros - médio/longo prazo							
Empréstimos de médio / longo prazo	4 259 946	3 906 858	3 708 966	(550 980)	-12,93%	(197 892)	-5,07%
Outros credores	280 716	120 308	60 155	(220 561)	-78,57%	(60 153)	-50,00%
	4 540 662	4 027 166	3 769 121	(771 541)	-16,99%	(258 045)	-6,41%
Dívidas a terceiros - curto prazo							
Emprést. m/l prazo - pagar c/ prazo	427 784	543 826	543 826	116 042	27,13%	0	0,00%
Fornecedores	41 652	28	3 561	(38 091)	-91,45%	3 532	12416,24%
Fornecedores - facturas em recp. e conf.	110 382	128 014	203 704	93 322	84,54%	75 690	59,13%
Clientes e utentes c/ caução	86 837	86 837	104 795	17 958	20,68%	17 958	20,68%
Fornecedores de imobilizado, c/c	97 972	0	11 561	(86 411)	-88,20%	11 561	100,00%
Fornecedores de imobilizado c/ caução	520 957	550 781	558 277	37 319	7,16%	7 496	1,36%
Form. de imob. - fact. em recp. e conf.	45 999	0	56 187	10 188	22,15%	56 187	100,00%
Adiantamentos por conta de vendas	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
Credores pela execução do orçamento	219 431	0	165 660	(53 771)	-24,50%	165 660	100,00%
Estado e outros entes públicos	79 529	43 476	95 950	16 421	20,65%	52 475	120,70%
Administração Autárquica	0	0	0	0	n.a.	0	n.a.
Outros credores	162 066	294 247	200 417	38 350	23,66%	(93 830)	-31,89%
	1 792 610	1 647 209	1 943 938	151 328	8,44%	296 729	18,01%
Acréscimos e diferimentos							
Acréscimos de custos	560 455	659 896	657 691	97 236	17,35%	(2 205)	-0,33%
Proventos diferidos	21 577 095	20 642 982	20 661 728	(915 368)	-4,24%	18 746	0,09%
	22 137 550	21 302 878	21 319 419	(818 132)	-3,70%	16 541	0,08%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>28 608 576</b>	<b>27 115 006</b>	<b>27 170 231</b>	<b>(1 438 345)</b>	<b>-5,03%</b>	<b>55 226</b>	<b>0,20%</b>
<b>TOTAL DO FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>61 646 176</b>	<b>59 599 502</b>	<b>61 049 630</b>	<b>(596 546)</b>	<b>-0,97%</b>	<b>1 450 127</b>	<b>2,43%</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PROVEITOS E GANHOS	30/06/2017	31/12/2017	30/06/2018	Variação (Jun.17/Jun.18)		Variação (Dez.17/Jun.18)	
				Valor	%	Valor	%
<b>PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS</b>							
Vendas	116 519	288 383	173 127	56 607	48,58%	(115 256)	-39,97%
Prestações de serviços	476 915	1 031 290	797 781	320 866	67,28%	(233 510)	-22,64%
Impostos e taxas	1 038 730	2 410 496	1 174 528	135 798	13,07%	(1 235 968)	-51,27%
Proveitos suplementares	56 457	99 685	54 201	(2 256)	-4,00%	(45 484)	-45,63%
Transferências e subsídios obtidos	3 458 173	7 038 915	3 509 635	51 462	1,49%	(3 529 280)	-50,14%
<b>Total dos proveitos e ganhos operacionais</b>	<b>5 146 794</b>	<b>10 868 768</b>	<b>5 709 271</b>	<b>562 477</b>	<b>10,93%</b>	<b>(5 159 497)</b>	<b>-47,47%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS</b>	<b>101 442</b>	<b>382 165</b>	<b>4 301</b>	<b>(97 141)</b>	<b>-95,76%</b>	<b>(377 864)</b>	<b>-98,87%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS EXTRAORD.</b>	<b>8 177</b>	<b>1 241 138</b>	<b>9 127</b>	<b>950</b>	<b>11,62%</b>	<b>(1 232 011)</b>	<b>-99,26%</b>
<b>Total dos proveitos</b>	<b>5 256 412</b>	<b>12 492 071</b>	<b>5 722 698</b>	<b>466 286</b>	<b>8,87%</b>	<b>(6 769 373)</b>	<b>-54,19%</b>
CUSTOS E PERDAS	30/06/2017	31/12/2017	30/06/2018	Variação (Jun.17/Jun.18)		Variação (Dez.17/Jun.18)	
				Valor	%	Valor	%
<b>CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS</b>							
Custo das mercadorias e matérias-primas	84 468	165 532	73 679	(10 789)	-12,77%	(91 853)	-55,49%
Fornecimentos e serviços externos	1 504 127	3 442 471	1 679 576	175 450	11,66%	(1 762 895)	-51,21%
Custos com pessoal	2 030 865	3 896 049	2 058 717	27 852	1,37%	(1 837 332)	-47,16%
Transf. e subs. corr. conc. e prest. sociais	285 908	768 496	264 527	(21 381)	-7,48%	(503 969)	-65,58%
Amortizações	0	2 595 737	0	0	n.a.	(2 595 737)	-100,00%
Provisões	0	2 957	0	0	n.a.	(2 957)	-100,00%
Outros custos e perdas operacionais	4 258	4 258	70	(4 188)	-98,36%	(4 188)	-98,36%
<b>Total dos custos e perdas operacionais</b>	<b>3 909 626</b>	<b>10 875 501</b>	<b>4 076 569</b>	<b>166 943</b>	<b>4,27%</b>	<b>(6 798 932)</b>	<b>-62,52%</b>
<b>CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS</b>	<b>34 228</b>	<b>84 350</b>	<b>25 131</b>	<b>(9 098)</b>	<b>-26,58%</b>	<b>(59 220)</b>	<b>-70,21%</b>
<b>CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>358 531</b>	<b>1 131 295</b>	<b>226 098</b>	<b>(132 433)</b>	<b>-36,94%</b>	<b>(905 197)</b>	<b>-80,01%</b>
<b>Total dos custos</b>	<b>4 302 385</b>	<b>12 091 146</b>	<b>4 327 797</b>	<b>25 413</b>	<b>0,59%</b>	<b>(7 763 349)</b>	<b>-64,21%</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>954 027</b>	<b>400 925</b>	<b>1 394 901</b>	<b>440 874</b>	<b>46,21%</b>	<b>993 976</b>	<b>247,92%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5 256 412</b>	<b>12 492 071</b>	<b>5 722 698</b>	<b>466 286</b>	<b>8,87%</b>	<b>(6 769 373)</b>	<b>-54,19%</b>
<i>Resultados operacionais:</i>	<b>1 237 168</b>	<b>(6 733)</b>	<b>1 632 702</b>	<b>395 534</b>	<b>31,97%</b>	<b>1 639 435</b>	<b>-24349%</b>
<i>Resultados financeiros:</i>	<b>67 214</b>	<b>297 815</b>	<b>(20 830)</b>	<b>(88 044)</b>	<b>-130,99%</b>	<b>(318 645)</b>	<b>-106,99%</b>
<i>Resultados correntes:</i>	<b>1 304 382</b>	<b>291 082</b>	<b>1 611 872</b>	<b>307 490</b>	<b>23,57%</b>	<b>1 320 790</b>	<b>453,75%</b>
<i>Resultados extraordinários</i>	<b>(350 354)</b>	<b>109 843</b>	<b>(216 971)</b>	<b>133 383</b>	<b>-38,07%</b>	<b>(326 814)</b>	<b>-297,53%</b>
<i>Resultado líquido do exercício:</i>	<b>954 027</b>	<b>400 925</b>	<b>1 394 901</b>	<b>440 874</b>	<b>46,21%</b>	<b>993 976</b>	<b>247,92%</b>

NOTA: A sistematização da informação económica acima apresentada foi obtida a partir dos balancetes analíticos reportados a 30/06/2017 e 30/06/2018, cujos elementos não constituem as Demonstrações Financeiras Intercalares elaboradas de acordo com o POCAL, designadamente quanto ao princípio da especialização dos exercícios.



#### IV - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

##### ATIVO

O ativo líquido do Município registou uma variação positiva de 2,43% (1.450.127€) relativamente a 31/12/2017, essencialmente devido ao aumento das imobilizações em curso de imobilizações corpóreas e das disponibilidades (depósitos bancários).

Salienta-se que as rubricas de bens de domínio público e imobilizações corpóreas representam respetivamente 21,31% e 69,03% do total do ativo a Junho de 2018, mantendo uma estrutura idêntica ao período de 2017 onde estas rubricas representaram também 90% do Ativo.

##### PASSIVO

Em relação ao passivo global, o mesmo aumentou 55.226€ (+0,20%) face a 31/12/2017, sendo influenciado essencialmente pelo saldo credor pela execução do orçamento (que em 30-12-2017 era zero) e pelos aumentos das rubricas de fornecedores correntes e de imobilizado. No entanto, comparando o passivo com o período de 30/06/2017 verifica-se uma diminuição de 1.438.345 (-5,03%).



## FUNDOS PRÓPRIOS

A 30/06/2018 a conta 51 - Património evidencia um saldo de 12.399.983€, o que corresponde a uma percentagem de 20,31% do ativo líquido. Esta situação encontra-se em cumprimento com o previsto no ponto 2.7.3.4 do POCAL.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Os custos e perdas totais aumentaram face a 30/06/2017 cerca de 25.413€ (+0,59%), devido sobretudo ao aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos (+175.450€) e dos custos com pessoal (27.852€).

Em termos de proveitos totais verificou-se também um aumento de 466.286 (+8,87%) face ao período homólogo. Este aumento justifica-se sobretudo pelo aumento das prestações de serviço (+320.866€) e dos impostos (+135.798€):



## ANÁLISE FINANCEIRA

Em termos financeiros, passamos a evidenciar a evolução do Município:

RÁCIO / ÍNDICE	FÓRMULA	30/06/2017	31/12/2017	30/06/2018
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	184,63%	153,74%	170,16%
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Ativo Circulante} - \text{Existências})}{\text{Passivo Circulante}}$	176,62%	143,91%	162,58%
Liquidez Imediata	$\frac{(\text{Depósitos em Instituições Financeiras} + \text{Caixa})}{\text{Passivo Circulante}}$	162,16%	125,65%	144,12%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	46,41%	45,50%	44,51%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo}}$	53,59%	54,50%	55,49%
Grau de Cobertura do Imobilizado	$\frac{(\text{Fundos Próprios} + \text{Dívidas a Terceiros de Médio e longo Prazo})}{\text{Imobilizado Líquido}}$	65,93%	65,87%	67,09%
Peso dos Custos com Pessoal nos Custos Operacionais	$\frac{\text{Custos com Pessoal}}{\text{Custos Operacionais}}$	51,95%	35,82%	50,50%
Dívida total por Habitante	$\frac{\text{Dívida total reportada à DGAL (Lei 73/2013, de 3/09)}}{\text{N.º de habitantes}}$	576,02	501,65	527,65

Da análise efetuada em termos de liquidez geral e de liquidez reduzida verifica-se que estes rácios sofreram uma variação positiva relativamente a 31/12/2017, passando de respetivamente de 153,74% e 143,91% para 170,16% e 162,58% em 30 de junho de 2018. Esta variação foi devida essencialmente ao aumento do ativo (influenciado pelo aumento da rubrica de depósitos bancários).

Em termos de liquidez imediata verifica-se que o grau de cobertura do passivo circulante pelas disponibilidades é de cerca de 144,12% em 30 de junho de 2018.

MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

S.L.D.L

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176



Quanto ao rácio de endividamento verifica-se que tem uma tendência decrescente fixando-se em cerca de 44,51%, significando que o total do ativo é financiado nessa percentagem por capitais alheios.

Em relação ao rácio de dívida total por habitante constata-se que o mesmo cifra-se em 527,65€, sendo que em 30/06/2017 a dívida por habitante era de 576€ (n.º de habitantes retirados dos Censos de 2011 - 9.253 habitantes).

Sede  
Rua Batalha Reis, n.º 81 2.º  
6300 - 668 GUARDA  
Tel: 271 227 303 \* Fax: 271 211 304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 - Ed. Mond - Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821 777 \* Fax: 239 341 027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Delegação Viseu  
Rua Arrabalde, Lote 1, R/C. Lota C  
3500 - 054 VISEU  
Tel: 232 435 277 \* Fax: 232 435 279  
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

## V - ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento semestral o qual corresponde a um rateio de 50% do valor orçamentado para o ano de 2018. Saliente-se no entanto que este método de afetação orçamental para o semestre não tem em consideração a sazonalidade das receitas e despesas, assim como qualquer item não recorrente que apenas ocorra em determinado período de tempo.

Com referência a 30 de junho de 2018 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	Valor	%	EXECUÇÃO DE RECEITA	Valor	%
DESPESAS CORRENTES	3 927 912	81,26%	RECEITAS CORRENTES	5 386 147	95,27%
DESPESAS CAPITAL	1 039 971	44,32%	RECEITAS CAPITAL	1 461 802	95,79%
<b>TOTAL</b>	<b>4 967 883</b>	<b>69,19%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6 847 949</b>	<b>95,38%</b>

Em termos globais e aritméticos, a execução orçamental do Município de Vila Nova de Cerveira com referência a 30 de junho de 2018, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (95,38%) é superior à execução da despesa total (69,19%).

Chama-se a atenção que para efeitos do n.º 3 do art.º 56 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados mecanismo de alerta definidos naquele artigo.

A regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09, deve ser verificada na fase de elaboração e da execução do orçamento. Na fase da elaboração do orçamento verificamos que a referida regra de equilíbrio orçamental foi cumprida ( $11.307.723€ - 9.666.988€ - 437.690€ = 1.203.045€$ ), sendo esta regra obtida da seguinte fórmula: receita corrente bruta cobrada - despesa corrente - amortizações médias de

empréstimos de médio e longo prazos. Quanto à fase de execução esta regra só pode ser aferida a 31/12/2018 atendendo a que se refere a uma regra de avaliação anual.

## CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

O Município de Vila Nova de Cerveira no primeiro semestre de 2018 arrecadou menos receita em 205.508€ (-2,91%), do que relativamente ao período homólogo. Conforme se pode constatar no quadro seguinte, tal situação deve-se sobretudo à diminuição na execução nas rubricas de Transferências de Capital e Saldo da Gerência Anterior:

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	EXECUÇÃO			
	30/06/2017	30/06/2018	VARIACÃO	
			ABSOLUTO	%
01 Impostos diretos	936 801	897 667	-39 134	-4,18%
02 Impostos indiretos	240 893	241 873	980	0,41%
04 Taxas, multas e outras penalidades	212 498	222 026	9 529	4,48%
05 Rendimentos da propriedade	200 567	192 270	-8 297	-4,14%
06 Transferências correntes	3 166 201	3 213 568	47 367	1,50%
07 Venda de bens e serviços correntes	496 096	612 696	116 600	23,50%
08 Outras receitas correntes	6 196	6 046	-150	-2,43%
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES .....</b>	<b>5 259 252</b>	<b>5 386 147</b>	<b>126 895</b>	<b>2,41%</b>
09 Venda de bens de investimento	0	1 230	1 230	0,00%
10 Transferências de capital	461 322	315 188	-146 134	-31,68%
12 Passivos Financeiros	0	0	0	0,00%
13 Outras receitas capital	0	0	0	0,00%
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL .....</b>	<b>461 322</b>	<b>316 418</b>	<b>-144 904</b>	<b>-31,41%</b>
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	0	0	0	0,00%
16 Saldo da gerência anterior	1 332 884	1 145 384	-187 500	-14,07%
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS .....</b>	<b>1 332 884</b>	<b>1 145 384</b>	<b>-187 500</b>	<b>-14,07%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>7 053 457</b>	<b>6 847 949</b>	<b>-205 508</b>	<b>-2,91%</b>

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2018, a receita executada ficou abaixo do orçamentado em cerca de 332.029€ (execução semestral correspondente a 95,38%).

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2018						
	PREVISÃO ATUAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
01 Impostos diretos	1 718 117	859 059	897 667	-38 609	104,49%	52,25%	13,11%
02 Impostos indiretos	493 022	246 511	241 873	4 638	98,12%	49,06%	3,53%
04 Taxas, multas e outras penalidades	462 587	231 294	222 026	9 267	95,99%	48,00%	3,24%
05 Rendimentos da propriedade	491 246	245 623	192 270	53 353	78,28%	39,14%	2,81%
06 Transferências correntes	6 821 772	3 410 886	3 213 568	197 318	94,22%	47,11%	46,93%
07 Venda de bens e serviços correntes	1 296 361	648 181	612 696	35 485	94,53%	47,26%	8,95%
08 Outras receitas correntes	24 618	12 309	6 046	6 263	49,12%	24,56%	0,09%
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES .....</b>	<b>11 307 723</b>	<b>5 653 862</b>	<b>5 386 147</b>	<b>267 714</b>	<b>95,27%</b>	<b>47,63%</b>	<b>78,65%</b>
09 Venda de bens de investimento	5 299	2 650	1 230	1 420	46,42%	23,21%	0,02%
10 Transferências de capital	1 899 364	949 682	315 188	634 494	33,19%	16,59%	4,60%
12 Passivos financeiros	2	1	0	1	0,00%	0,00%	0,00%
13 Outras receitas de capital	2 184	1 092	0	1 092	0,00%	0,00%	0,00%
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL .....</b>	<b>1 906 849</b>	<b>953 425</b>	<b>316 418</b>	<b>637 007</b>	<b>33,19%</b>	<b>16,59%</b>	<b>4,62%</b>
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
16 Saldo da gerência anterior	1 145 384	572 692	1 145 384	-572 692	200,00%	100,00%	16,73%
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS .....</b>	<b>1 145 384</b>	<b>572 692</b>	<b>1 145 384</b>	<b>-572 692</b>	<b>200,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>16,73%</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>14 360 956</b>	<b>7 179 978</b>	<b>6 847 949</b>	<b>332 029</b>	<b>95,38%</b>	<b>47,69%</b>	<b>100,00%</b>

As receitas com mais peso contempladas no orçamento são essencialmente as receitas de impostos diretos (representam 13,11% do total das receitas), transferências correntes (representam 46,93% do total das receitas) e o saldo da gerência anterior (representa 16,73% do total das receitas).

Podemos também verificar que apenas a receita de Impostos Diretos ficou acima do montante orçamentado.

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

### Impostos Diretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2018						
	PREVISÃO ATUAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	1 109 433	554 717	634 669	-79 952	114,41%	57,21%	70,70%
Imposto Único de Circulação (IUC)	222 751	111 376	130 191	-18 816	116,89%	58,45%	14,50%
Imposto Municipal Sobre Transmissões (IMT)	236 485	118 243	126 386	-8 143	106,89%	53,44%	14,08%
Derrama	149 447	74 724	6 422	68 302	8,59%	4,30%	0,72%
Impostos diretos diversos	1	1	0	1	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>1 718 117</b>	<b>859 059</b>	<b>897 667</b>	<b>-38 609</b>	<b>104,49%</b>	<b>52,25%</b>	<b>100,00%</b>

No que diz respeito aos impostos diretos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução ascendeu a 104,49%, principalmente justificada pela execução da receita relativa a IMI e IUC. De referir que a prestação do IMI do mês de Abril representa a maior prestação do ano.

### Impostos Indiretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2018						
	PREVISÃO ATUAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Mercados e Feiras	490 438	245 219	241 277	3 942	98,39%	49,20%	99,75%
Ocupação de via pública	239	120	137	-17	114,60%	57,30%	0,06%
Publicidade	1	1	0	1	0,00%	0,00%	0,00%
Saneamento - Conservação	1	1	0	1	0,00%	0,00%	0,00%
Outros Impostos	2 343	1 172	460	712	39,23%	19,61%	0,19%
<b>Total</b>	<b>493 022</b>	<b>246 511</b>	<b>241 873</b>	<b>4 638</b>	<b>98,12%</b>	<b>49,06%</b>	<b>100,00%</b>

Nesta classe económica não se verificam montantes nem desvios significativos, destacando-se apenas que a rubrica de «Mercados e Feiras» tem um peso de 99,75% na totalidade das rubricas de Impostos Indiretos.



## Taxas, Multas e Outras penalidades

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2018						
	PREVISÃO ATUAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
<b>TAXAS</b>							
Mercados e Feiras	1	1	0	1	0,00%	0,00%	0,00%
Loteamento e Obras	58 512	29 256	36 071	-6 815	123,30%	61,65%	16,25%
Ocupação de via pública	1	1	0	1	0,00%	0,00%	0,00%
Caça, uso e porte de arma	5	3	0	3	0,00%	0,00%	0,00%
Saneamento	367 037	183 519	163 310	20 208	88,99%	44,49%	73,55%
Outras Taxas	11 264	5 632	20 629	-14 997	366,29%	183,14%	9,29%
<b>MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>							
		0					
Juros de Mora	19 628	9 814	1 668	8 146	17,00%	8,50%	0,75%
Juros Compensatórios	5 790	2 895	181	2 714	6,25%	3,12%	0,08%
Multas e penalidades diversas	349	175	166	8	95,22%	47,61%	0,07%
<b>Total</b>	<b>462 587</b>	<b>231 294</b>	<b>222 026</b>	<b>9 267</b>	<b>95,99%</b>	<b>48,00%</b>	<b>100,00%</b>

Nesta classe económica verifica-se que a execução no primeiro semestre é de 95,99%, portanto em linha com o orçamentado. As rubricas com mais peso são o Saneamento (73,55%) e o Loteamento e Obras (16,25%).

## Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2018						
	PREVISÃO ATUAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração central	6 799 772	3 399 886	3 213 568	186 318	94,52%	47,26%	100,00%
Instituições sem fins lucrativos	22 000	11 000	0	11 000	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>6 821 772</b>	<b>3 410 886</b>	<b>3 213 568</b>	<b>197 318</b>	<b>94,22%</b>	<b>47,11%</b>	<b>100,00%</b>

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se em linha com o orçamentado. A generalidade das receitas registadas nesta rubrica apresentam um carácter regular ao longo do ano, com exceção para a rubrica «Estado-Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados» que apresenta um grau de execução orçamental de 7,9% a 30/06/2018 (o valor orçamentado nesta rubrica para o período de 2018 é de 380.921€).

Dentro das receitas da «Administração Central», destaca-se o Fundo de Equilíbrio Financeiro que a 30 de junho representava uma receita de 2.667.996€.

## Venda de Bens e Serviços Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2018						
	PREVISÃO ATUAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Vendas de bens	333 624	166 812	178 191	-11 379	106,82%	53,41%	29,08%
Serviços	890 454	445 227	398 825	46 402	89,58%	44,79%	65,09%
Rendas	72 283	36 142	35 680	462	98,72%	49,36%	5,82%
Total	1 296 361	648 181	612 696	35 485	94,53%	47,26%	100,00%

O grau de execução destas receitas situa-se em cerca de 94,53%, sendo que ao nível das «Vendas de Bens» a execução é de 106,82%.

## Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2018						
	PREVISÃO ATUAL	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração central	1 899 364	949 682	315 188	634 494	33,19%	16,59%	100,00%
Total	1 899 364	949 682	315 188	634 494	33,19%	16,59%	100,00%

No que respeita às transferências de capital o não cumprimento do orçamento está associado ao não recebimento dos financiamentos acordados com entidades estatais (nomeadamente «PORTUGAL 2020») relacionados com os investimentos em curso, nomeadamente bens de capital.

## CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O Município de Vila Nova de Cerveira no primeiro semestre de 2018 executou menos despesa em cerca de 926.450€ (-15,72%) do que relativamente ao período homólogo, sendo que de uma forma geral todas as rubricas apresentam diminuições (a exceção das outras despesas correntes). As rubricas com as maiores diminuições foram as de Despesas com Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	EXECUÇÃO			
	30/06/2017	30/06/2018	VARIACÃO	
			ABSOLUTO	%
01 Despesas com o pessoal	2 277 153	1 972 196	-304 957	-13,39%
02 Aquisição de bens e serviços	1 976 453	1 672 551	-303 902	-15,38%
03 Juros e outros encargos	17 639	13 882	-3 757	-21,30%
04 Transferências correntes	359 247	249 259	-109 988	-30,62%
06 Outras despesas correntes	17 743	20 023	2 280	12,85%
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES . . . . .</b>	<b>4 648 235</b>	<b>3 927 912</b>	<b>-720 323</b>	<b>-15,50%</b>
07 Aquisição de bens de capital	629 813	593 953	-35 860	-5,69%
08 Transferências de capital	345 293	218 050	-127 243	-36,85%
09 Ativos financeiros	40 102	30 077	-10 026	-25,00%
10 Passivos financeiros	213 892	197 892	-16 000	-7,48%
11 Outras despesas de capital	16 998	0	-16 998	-100,00%
<b>TOTAL DESPESAS DE CAPITAL . . . . .</b>	<b>1 246 098</b>	<b>1 039 971</b>	<b>-206 127</b>	<b>-16,54%</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>5 894 333</b>	<b>4 967 883</b>	<b>-926 450</b>	<b>-15,72%</b>

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2018, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de 2.212.095€ (desvio de cerca de -31%).

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2018						
	DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
01 Despesas com o pessoal	4 313 454	2 155 727	1 972 196	184 531	91,44%	45,72%	39,70%
02 Aquisição de bens e serviços	4 489 324	2 244 662	1 672 551	572 111	74,51%	37,26%	33,67%
03 Juros e outros encargos	33 010	16 505	13 882	2 623	84,11%	42,05%	0,28%
04 Transferências correntes	799 700	399 850	249 259	150 591	62,34%	31,17%	5,02%
06 Outras despesas correntes	31 500	15 750	20 023	-4 273	127,13%	63,57%	0,40%
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES .....</b>	<b>9 666 988</b>	<b>4 833 494</b>	<b>3 927 912</b>	<b>905 582</b>	<b>81,26%</b>	<b>40,63%</b>	<b>79,07%</b>
07 Aquisição de bens de capital	3 485 204	1 742 602	593 953	1 148 649	34,08%	17,04%	11,96%
08 Transferências de capital	677 100	338 550	218 050	120 500	64,41%	32,20%	4,39%
09 Ativos financeiros	65 154	32 577	30 077	2 501	92,32%	46,16%	0,61%
10 Passivos financeiros	464 510	232 255	197 892	34 363	85,20%	42,60%	3,98%
11 Outras despesas de capital	1 000	500	0	500	0,00%	0,00%	0,00%
<b>TOTAL DESPESAS DE CAPITAL .....</b>	<b>4 692 968</b>	<b>2 346 484</b>	<b>1 039 971</b>	<b>1 306 513</b>	<b>44,32%</b>	<b>22,16%</b>	<b>20,93%</b>
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>14 359 956</b>	<b>7 179 978</b>	<b>4 967 883</b>	<b>2 212 095</b>	<b>69,19%</b>	<b>34,60%</b>	<b>100,00%</b>

As despesas com mais peso contempladas no orçamento são essencialmente as Despesas com o pessoal (representam 39,70% do total das despesas), a Aquisição de bens e serviços (representam 33,67% do total das despesas) e a Aquisição de Bens de Capital (representam 11,96% do total das despesas).

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

### Despesas com o pessoal

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2018						
	DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Remunerações certas e permanentes	3 304 962	1 652 481	1 577 469	75 012	95,46%	47,73%	79,99%
Abonos variáveis ou eventuais	54 300	27 150	13 001	14 149	47,89%	23,94%	0,66%
Segurança social	954 192	477 095	381 727	95 370	80,01%	40,01%	19,36%
<b>Total</b>	<b>4 313 454</b>	<b>2 155 727</b>	<b>1 972 196</b>	<b>184 531</b>	<b>91,44%</b>	<b>45,72%</b>	<b>100,00%</b>

A execução destas despesas apresenta uma execução ligeiramente abaixo do orçamentado, devido ao facto de algumas despesas desta rubrica terem caráter sazonal (ex.: Subsídio de Natal será pago em Novembro).

## Aquisição de Bens e Serviços

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2018						
	DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Aquisição de bens	678 495	339 248	248 590	90 657	73,28%	36,64%	14,86%
Aquisição de serviços	3 810 829	1 905 414	1 423 961	481 453	74,73%	37,37%	85,14%
Total	4 489 324	2 244 662	1 672 551	572 111	74,51%	37,26%	100,00%

A execução desta rubrica a 30/06/2018 é de 74,51% estando ambas as subrubricas ligeiramente abaixo do dotado.

No entanto, verificamos que nesta classificação económica a 30/06/2018 já foi comprometida para o exercício cerca de 74% da dotação anual disponível.

## Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2018						
	DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração local	139 000	69 500	49 565	19 935	71,32%	35,66%	19,88%
Instituições sem fins lucrativos	555 700	277 850	180 760	97 090	65,06%	32,53%	72,52%
Famílias	95 000	47 500	18 934	28 566	39,86%	19,93%	7,60%
Resto do mundo	10 000	5 000	0	5 000	0,00%	0,00%	0,00%
Total	799 700	399 850	249 259	150 591	62,34%	31,17%	100,00%

Despesa executada inferior face ao previsto em 150.591€, sendo que tal situação deve-se a variações em todas as rubricas, sendo a mais significativa as transferências para Instituições sem Fins Lucrativos.

## Aquisição de Bens de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2018						
	DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIACÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Investimentos	3 484 204	1 742 102	593 953	1 148 149	34,09%	17,05%	100,00%
Locação Financeira	1 000	500	0	500	0,00%	0,00%	0,00%
Total	3 485 204	1 742 602	593 953	1 148 649	34,09%	17,05%	100,00%

A aquisição de bens de capital está aquém dos valores orçamentados, sobretudo devido à baixa execução em grandes obras.

Por outro lado, podemos verificar que a 30/06/2018 encontram-se comprometidos para o exercício o montante de 1.608.052€ que representa cerca de 46% do valor da dotação anual.

## Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2018						
	DOTAÇÃO ATUAL	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração local	391 100	195 550	175 086	20 464	89,53%	44,77%	80,30%
Instituições sem fins lucrativos	236 000	118 000	37 000	81 000	31,36%	15,68%	16,97%
Famílias	50 000	25 000	5 964	19 036	23,86%	11,93%	2,74%
<b>Total</b>	<b>677 100</b>	<b>338 550</b>	<b>218 050</b>	<b>120 500</b>	<b>64,41%</b>	<b>32,20%</b>	<b>100,00%</b>

A rubrica de Administração Local apresenta uma fraca execução no semestre sobretudo devido ao desvio verificado nas transferências para as Instituições sem fins lucrativos que apresenta um desvio de cerca de 81.000€ face à dotação semestral, justificada por protocolos celebrados.



## RÁCIOS ORÇAMENTAIS

Apresentamos no quadro seguinte os rácios orçamentais analisados bem como a respetiva leitura:

	30/06/2017	31/12/2017	30/06/2018	OBSERVAÇÕES
RECEITA TOTAL / DESPESA TOTAL	119,67%	109,64%	137,84%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
RECEITAS CORRENTES / RECEITA TOTAL	74,56%	81,70%	78,65%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
RECEITAS CORRENTES / DESPESAS CORRENTES	113,15%	126,62%	137,12%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
IMPOSTOS DIRETOS / RECEITAS CORRENTES	17,81%	17,55%	16,67%	Mede o peso dos impostos directos no total das receitas correntes
RECEITAS CAPITAL / RECEITA TOTAL	6,54%	8,06%	4,62%	Mede o peso das receitas de capital no total de receitas cobradas
RECEITAS CAPITAL / DESPESAS CAPITAL	37,02%	30,23%	30,43%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITAS CAPITAL	0,00%	0,00%	0,00%	Mede o peso dos passivos financeiros no total das receitas de capital
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITA TOTAL	0,00%	0,00%	0,00%	Mede o peso dos passivos financeiros no total de receitas cobradas
DESPESAS CORRENTES / DESPESA TOTAL	78,86%	70,75%	79,07%	Mede o peso das despesas correntes no total de despesas pagas
DESPESAS CAPITAL / DESPESA TOTAL	21,14%	29,25%	20,93%	Mede o peso das despesas de capital no total de despesas pagas
DESPESAS PESSOAL / RECEITAS CORRENTES	43,30%	36,48%	36,62%	Permite evidenciar a relação entre as despesas de pessoal com o total das receitas correntes
DESPESAS PESSOAL / DESPESA TOTAL	38,63%	32,68%	39,70%	Mede o peso das despesas de pessoal no total das despesas pagas
INVESTIMENTOS** / DESPESA TOTAL	11,37%	17,54%	12,56%	Mede o peso das despesas de investimentos no total das despesas pagas

As receitas totais cobrem o valor das despesas totais nos períodos em análise, sendo que em 30/06/2018 o rácio obtido é de 137,84%. Do total das receitas, cerca de 79% são de natureza corrente e esta é suficiente para cobrir a despesa corrente.



## VI - PAGAMENTOS EM ATRASO

Verificámos que, de acordo com o previsto no artigo 93.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2018) e de acordo com o mapa de pagamentos em atraso calculado pela DGAL com referência a 30/06/2018 o Município não apresenta qualquer valor de pagamentos em atraso, situação que também se verificava em Setembro de 2017.

## VII - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Por outro lado e, de acordo com a fórmula de cálculo do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) definida nos termos do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, de 13 de abril, o Município de Vila Nova de Cerveira apresenta no final do primeiro semestre um PMP de 16 dias (conforme reporte da DGAL).

## VIII - FUNDOS DISPONÍVEIS

O n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06 determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

Verificámos que apesar de o Município não estar obrigado a calcular e reportar o mapa de fundos disponíveis, de acordo com o previsto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 82º da Lei n.º 114/2017 de 29 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2018), mantém tal reporte mensal à DGAL. Da informação que o Município presta mensalmente à Direção-Geral das Autarquias Locais, relativamente aos Fundos Disponíveis, verificámos que o Município apresenta a 30/06/2018 fundos positivos de 2.534.609€.



## IX - DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03/09)

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03/09, que revoga a Lei n.º 2/2007, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos deve ser da seguinte forma:

Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios		Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	$\geq 1$ e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e $\leq 3$	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	$> 3$	-	OBRIGATÓRIO

A 30 de junho de 2018 sem considerar o efeito das eventuais responsabilidades que poderão decorrer do desfecho de algumas contingências e incluindo a dívida total das entidades a que se refere o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03/09 reportada à DGAL relativamente ao 2.º trimestre, não se encontra em situação passível de recurso a um dos mecanismos de recuperação financeira referidos no art.º 57º da mesma Lei.

### RECEITA CORRENTE COBRADA LÍQUIDA

ANO	VALOR
2015	10 519 890
2016	10 639 803
2017	10 639 803
MÉDIA ENTRE 2015 E 2017	10 599 832

- Limite da Dívida = 15.899.748 € ( $1,5 \times$  média receita corrente líquida cobrada)
- Dívida Total = 4.873.365 €
- Margem = 11.026.383 €

A referida dívida total do encerramento de contas semestrais do Município de 4.873.365€ apresenta uma margem de 11.026.383€, representando assim 0,46 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos anos.

No primeiro semestre do exercício de 2018 a mesma aumentou 143.202€ [dívida total reportada na DGAL a 01/01/2018 (4.730.163€) - dívida total do encerramento de contas semestral a 30/06/2018 (4.873.365€)], sendo que em 2017 poderá aumentar num total de 2.233.918€.

	30/06/2018
DÍVIDA EXIGÍVEL DO MUNICÍPIO INCLUINDO DÍVIDAS NÃO ORÇAMENTAIS E FAM (1)	5 721 929
OPERAÇÕES DE TESOURARIA (parcela a abater) (2)	878 023
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL (FAM) (parcela a abater) (3)	90 231
DÍVIDA DAS ENTIDADES (Art. 54.º do RFALEI) (parcela a somar) (4)	128 663
DÍVIDA TOTAL REPORTADA À DGAL . . . . . (5) = (1) - (2) - (3) + (4)	4 882 338
MOVIMENTO DE CONTAS (AJUST. FORNECEDORES, ETC) (7)	-8 973
DÍVIDA TOTAL - SEMESTRE 30/06/2018 . . . . . (8) = (5) + (6) + (7)	4 873 365